

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GUILHERME DE MORAES CREMM

**O PAPEL SEMIPERIFÉRICO DO BRASIL:
UMA ANÁLISE DO SISTEMA-MUNDO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO REGIO-
NAL DO GOVERNO LULA (2003-2010)**

SANT'ANA DO LIVRAMENTO

2017

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

327.1 Cremm, Guilherme

C915p O PAPEL SEMIPERIFÉRICO DO BRASIL: UMA ANÁLISE DO
SISTEMA-MUNDO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL DO
GOVERNO LULA (2003-2010) / Guilherme Cremm.

73 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) –
Universidade Federal do Pampa, RELAÇÕES
INTERNACIONAIS, 2017.

"Orientação: Rafael Balardin".

1. Política Externa Brasileira . 2. Análise do
Sistema-Mundo. 3. Integração Regional Sul-Americana .
4. Governo Lula . I. Título.

GUILHERME DE MORAES CREMM

O PAPEL SEMIPERIFÉRICO DO BRASIL:
UMA ANÁLISE DO SISTEMA-MUNDO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL
DO GOVERNO LULA (2003-2010)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais pela Univer-
sidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Orientador: Prof.º Dr.º Rafael Balardin

Santana do Livramento

2017

FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: ___/___/___

Banca examinadora

Profº Drº. Rafael Balardin

Relações Internacionais – UNIPAMPA

Profª Drª. Kamilla Raquel Rizzi

Relações Internacionais - UNIPAMPA

Profª Drª. Anna Carletti

Relações Internacionais - UNIPAMPA

À todo aquele que sofre com as desigualdades que o capitalismo proporciona.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a instituição Unipampa pelo suporte dado através de seus servidores: professores, técnicos administrativos e terceirizados.

Agradeço aos meus colegas de sala pelo conhecimento compartilhado.

Meu agraciamento especial eu dedico ao professor Rafael Balardin que esteve trilhando meu caminho acadêmico desde meu primeiro semestre até a orientação desse trabalho.

Meu maior obrigado vai para meus amigos Arthur Falcoski, Caio Augusto, Fernanda Trindade, Rodrigo Nogueira e Tiago Melo que dividiram comigo momentos de muitas risadas, companheirismo e conselhos, e também estavam ao meu lado nos momentos de maior tristezas.

Para minha família, meu muito obrigado, em especial a minha mãe, eu sei o que ela passou para que eu pudesse me tornar o primeiro da família a ter um diploma em uma faculdade pública.

A minha parceira, Carol, eu deixo meu carinho em agradecimento, só ela sabe o que eu passei durante minha etapa final da graduação.

Seu filho não pode estudar, vocês são pobres.

(Frase dita a minha mãe durante meu processo de graduação)

RESUMO

Nossa pesquisa está inserida no âmbito não convencional da Análise do Sistema-Mundo baseada nas obras de Fernand Braudel, Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein. O período que iremos estudar se passa durante o Governo Lula (2003-2010), em sua política de integração regional Sul-Americana. O objetivo principal de nossa pesquisa é analisar o papel semiperiférico do Brasil no Sistema-Mundo. Para tal fim, analisamos através de estudos de casos as relações entre Brasil e Estados Unidos e depois as relações Brasil e América do Sul. Com essas relações pesquisadas, observamos uma cooperação antagônica entre Brasil e Estados Unidos para a América do Sul nas perspectivas de Centro, Semiperiferia e Periferia do Sistema-Mundo. Com tudo isso exposto podemos fomentar o papel semiperiférico brasileiro no subsistema Sul-Americano.

Palavras Chaves: Política Externa Brasileira; Análise do Sistema-Mundo; Integração Regional Sul-Americana; Governo Lula.

ABSTRACT

Our research is part of the unconventional scope of the System-World Analysis based on the works of Fernand Braudel, Giovanni Arrighi and Immanuel Wallerstein. The period we will study is during the Lula Government (2003-2010), in its policy of regional integration in South America. The main objective of our research is to analyze the semiperipheral role of Brazil in the World-System. To this end, we analyze through case studies the relations between Brazil and the United States, and later the relations between Brazil and South America. With these relations, we observe an antagonistic cooperation between Brazil and the United States for South America in the perspective of the Center, Semiperiphery and Periphery of the World-System. With all this exposed, we can foment the Brazilian semiperipheral role in the South American subsystem.

Key Words: Brazilian Foreign Policy; World-System Analysis; South American Regional Integration; Government Lula.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A ANÁLISE DO SISTEMA-MUNDO	11
2.1 O Sistema Mundial por Wallerstein	16
<i>2.1.1 A economia-mundo capitalista.</i>	18
2.2 O Sistema Interestatal no Sistema-mundo	22
2.3 A Análise em debate no Brasil	27
3 O PLANO DOS EUA PARA A AMÉRICA LATINA E A POLÍTICA EXTENA BRASILEIRA NO GOVERNO LULA	30
3.1 O Plano Estadunidense para a América Latina	30
3.2 A PEB perante o plano estadunidense para a América Latina	33
<i>3.2.1 Agenda político-econômica</i>	34
<i>3.2.2 Agenda político-militar</i>	38
3.3 A política externa do Governo Lula diante da política de atrito e convergência	41
4 O PAPEL SEMIPERIFÉRICO DO BRASIL NO SISTEMA REGIONAL SUL-AMERICANO: TROCA DESIGUAL E HEGEMONIA	45
4.1 O novo regionalismo sul-americano	46
4.2 ALCSA como proposta ao novo regionalismo sul-americano	48
4.3 IIRSA: o projeto que alimenta a integração	50
4.4 A internacionalização das empresas brasileiras	55
4.5 A UNASUL como projeto de integração.	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
6 REFERÊNCIAS	66

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa está inserida no âmbito das Relações Internacionais, na análise crítica não convencional do Sistema-Mundo baseado nas obras de Fernand Braudel, Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein. O período que iremos estudar se passa durante o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), em sua Política Externa na esfera da integração regional. Ao explicamos a base das ideias da análise do sistema-mundo, chegaremos no conceito de semiperiferia. Partindo desta explanação, este trabalho levanta o seguinte problema: As políticas de integração regional no Governo Lula denominam o Brasil um país semiperiférico no Sistema-Mundo?

Com base neste questionamento, analisaremos as políticas de integração sul-americana a hegemonia brasileira em contraste com a Política Externa estadunidense. A herança da política de integração regional brasileira não leva em consideração as assimetrias entre os países sul-americanos, e com a chegada de Lula ao poder em 2003, suas políticas de financiamentos e internacionalização das empresas brasileiras acabam por acentuar ainda mais essas diferenças.

Portanto, como objetivo, nossa pesquisa pretende analisar o papel de país semiperiférico do Governo de Lula (2003-2010) no processo de integração regional. Para chegar a essa análise, partiremos, como mencionado, da revisão bibliográfica dos autores base para entendermos a Análise do Sistema-Mundo. Desenvolvida a análise, aplicaremos seus conceitos nas relações de atrito e convergência dos Estados Unidos com o Brasil perante a América-Latina. Depois, como medida para entendermos a Política Externa do Brasil na América do Sul, estudaremos os projetos de integração no Governo Lula.

A Análise do Sistema-Mundo é um importante estudo das Relações Internacionais. De vertente marxista, busca estudar o que causa as desigualdades sociais, políticas, culturais e econômicas no sistema-mundo. A ideia de integração regional sul-americano, provém desde as independências dos países latinos. É tão complexa por causa das grandes diferenças político-econômica e militar dos países americanos. Desta forma, é necessário fazer uma pesquisa partindo da Análise do Sistema-Mundo para tentar examinar as transformações estruturais e conjunturais que podem apontar para uma nova configuração do Sistema Interestatal.

Diante destas assertivas dividiremos nossa pesquisa na seguinte forma:

No Capítulo 1, deixamos para essa introdução; iniciaremos de fato, a nossa análise no Capítulo 2, quando apresentaremos a Análise do Sistema-Mundo, com abordagem de Braudel e sua contribuição do “Esquema Tripartido da vida econômica”, em seguida com Arrighi e sua contribuição com o “Ciclo Sistêmico de acumulação”, para, enfim, chegarmos na colaboração de Wallerstein que nos apresenta as ideias principais que abordaremos em nossa pesquisa: temas como a economia-mundo capitalista, troca desigual, imperialismo, hegemonia e principalmente as relações de periferia, semiperiferia e centro. Ainda nesse capítulo tentaremos pôr em debate a razão de porque a perspectiva do Sistema-Mundo é tão pouco discutida nos temas de Relações Internacionais, Sociologia e Ciência Política.

No Capítulo 3, analisaremos as relações entre Brasil e EUA no período do governo Lula, nas ações de atrito e convergência entre os dois países. No aspecto de semiperiferia e centro e na estratégia dos EUA para o continente americano, em uma política de agenda econômica, marcada pela obtenção de mercados e de recursos naturais e pela agenda militar, no esforço pelo controle os focos de conflito existentes ou potenciais.

Comparamos a atitude do Estado brasileiro diante de ambas as agendas, na conduta dos acontecimentos e interesses explícitos e implícitos. Os acontecimentos foram selecionados da revisão bibliográfica, de fontes jornalísticas e de documentos oficiais. Temos como propósito a discussão se a inserção do Brasil do governo Lula no sistema regional latino-americano preserva ou desgasta a hegemonia imperialista dos EUA.

No Capítulo 4, estabelecemos as relações do Brasil com os demais países sul-americano, nos projetos de integração econômica da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), e da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Nossa finalidade aqui é analisar as trocas desiguais que são geradas diante da divisão regional do trabalho. No meio dessa divisão se encontram os países periféricos de menor desenvolvimento relativo que estariam se enquadrando na especialização de fornecedores de matérias-primas e energia, ao mesmo tempo que a economia brasileira fornece para esses países de periferia seus produtos manufaturados e suas empresas exploram vantagens competitivas de uso intensivo dos recursos naturais.

Nessa concepção, apresentaremos e estudaremos algumas tendências dos fluxos econômicos entre Brasil e demais países sul-americanos, no papel dos investimentos das grandes empresas brasileiras, através do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES).

Por fim, apresentaremos a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) como projeto de para diminuir as assimetrias dentro do pensamos de integração sul-americana. E, na conclusão, buscamos resumir nossa análise, ligando a análise do sistema-mundo a reflexão da Política Externa brasileira.

2. A ANÁLISE DO SISTEMA-MUNDO

No caminho dos estudos das Ciências Sociais, até a década de 1970, havia uma diferença epistemológica radical entre o Ocidente¹ e o “não Ocidente” que segmentava as disciplinas e o modo de estudar cada uma delas. Uma clara divisão do trabalho² acadêmico. Os estudos sobre o passado das sociedades ocidentais foi atribuída à História. As sociedades ocidentais contemporâneas são estudadas em três partes: a Economia estudando o mercado, a Ciência Política estudando o estado, e a Sociologia estudando a sociedade civil. O estudo do mundo não ocidental foi atribuída à antropologia, que estudava os pequenos grupos (tribos), e os estudos orientais, investigando as grandes civilizações. Deste modo, surge como protesto contra as Ciências Sociais, nos anos 1970, a Análise do Sistema-Mundo (usualmente referida como teoria dos sistemas-mundo), com perspectiva neomarxista da economia política e centrado no estudo do avanço capitalista mundial. Para Wallerstein (2002), as Ciências Sociais deveriam ser históricas e a unidade de análise deveria ser o sistema, ao invés, do que era analisado, tal como, a economia, estado e sociedade nacional. A análise do sistema-mundo rejeita todo o eixo das ciências sociais dominantes. Nas palavras de Wallerstein:

A Análise dos Sistemas-Mundo é mais do que uma perspectiva; é também mais do que uma teoria, se é que é uma teoria. É um movimento do saber, e isso é de crucial importância para o desenvolvimento futuro das ciências sociais históricas. Um movimento do saber é um movimento social intelectual. Ele propõe uma reorientação no modo como organizamos nosso entendimento do mundo. No caso da análise dos sistemas-mundo, ela se baseia na rejeição das categorias das ciências sociais herdadas do século dezenove. Ela propõe substituir estas categorias por uma nova ciência social histórica. (WALLERSTEIN, In: VIEIRA et al, 2012)

Nosso trabalho não tem a intenção de fazer uma revisão bibliográfica das proposições dos diversos autores que contribuíram para essa abordagem³, de tão complexa, não cabe a esse trabalho, entretanto, apresentaremos a base da análise do sistema-mundo.

¹ Quando lemos Ocidente, entendemos como EUA, Canadá e Europa Ocidental.

² Divisão do trabalho no sentido de uma divisão produtiva onde países fora do centro capitalista exportam matéria-prima e mão-de-obra barata e os países de centro (mais) industrializados exportam produtos de alto valor e mão-de-obra especializada e cara, os países de centro ficam, assim, com mais excedentes na economia capitalista.

³ Para não cometer injustiças com autores de grande importância que deram contribuições, primeiro, para a Teoria da Dependência e, posteriormente, para a análise do sistema-mundo. Dentre esses autores, devem ser destacados André Gunder Frank, Rui Mauro Marini e Carlos Antonio Aguirre Rojas.

As principais contribuições da análise vêm de Fernand Braudel, Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein. Braudel provém suas contribuições metodológicas do esquema tripartido, que permite a articulação do capitalismo com a economia de mercado e a sociedade. O esquema tripartido de Braudel (1987) divide a estrutura da vida econômica capitalista em uma pirâmide de três andares.

Figura 1: Esquema Tripartido da vida econômica.



Fonte: Elaborado pelo autor. Baseado na obra de Braudel

A base da pirâmide denominada de “vida material” diz respeito à vida diária e inconsciente, no qual a relação do homem com as coisas é conduzida pelo seu valor de uso, não pelo valor de troca. O andar seguinte da pirâmide é entendido como o da “economia de mercado” representando a vida econômica com trocas habituais e produção para o mercado, não somente a troca de excedente do consumo subsistente que encontramos na “vida material”. Na “economia de mercado” a relação entre as pessoas e coisas é baseada no valor de troca. Braudel (1987) separa, ainda, em dois níveis: um inferior, composto por mercados, lojas e vendedores ambulantes; e um superior, onde o volume transacionado e o complexo institucional são maiores. Esse segundo andar da pirâmide é marcado pelas trocas transparentes e concorrência entre os atuantes. Na camada superior da pirâmide tripartida fica o “capitalismo”, escrito por Braudel (1987) como uma forma específica de conduzir os jogos de troca, com mecanismos que garantem a obtenção da maior parte do excedente, nessa camada

é onde se encontram as trocas desiguais. Em Braudel (1987) vemos a diferença entre a economia de mercado e o capitalismo na citação:

Resumindo: dois tipos de troca; um terra-a-terra, competitivo, pois que transparente; o outro superior, sofisticado, dominante. Não são os mesmos mecanismos nem os mesmos agentes que regem esses dois tipos de atividade, e não é no primeiro mas no segundo que se situa a esfera do capitalismo. (BRAUDEL, 1987, p.42).

As trocas desiguais são possíveis pelo suporte estatal, quando, o Estado, está à disposição do capitalista, impondo condições de monopólio através de privilégio, coerção militar e diplomacia; de tal modo, auferindo, os capitalistas, lucro extraordinário:

Assim, o Estado moderno, que não fez o capitalismo mas o herdou, ora o favorece, ora o desfavorece; ora o deixa estender-se, ora lhe quebra as molas. O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele é o Estado. Em sua primeira grande fase, nas cidades-Estados da Itália, em Veneza, em Gênova, em Florença, é a elite do dinheiro quem detém o poder. Na Holanda, no século XVII, a aristocracia dos Regentes governa no interesse e inclusive de acordo com as diretrizes traçadas pelos homens de negócios, negociantes e administradores de fundos. Na Inglaterra, a revolução de 1688 marca analogamente um advento dos negócios à holandesa. A França está atrasada em mais de um século: é com a revolução de julho de 1830 que a burguesia comercial se instala, enfim, confortavelmente no governo. (BRAUDEL, 1987, p.44).

A coalizão entre capital e Estado permitiu a condição de lucros extraordinários através do monopólio, deste modo, sucedeu [...] a metamorfose da Europa no “monstruoso modelador da história mundial” (Braudel apud Arrighi, 1996, p. 11). A contribuição de Braudel está no analisar a expansão do sistema capitalista na conquistas de novos territórios e mercados.

O conceito de ciclo sistêmico de acumulação do capital é apresentado por Giovanni Arrighi no livro “O longo século XX” que permite analisar a história do sistema mundial ao longo do tempo. Esse autor buscou compreender as passagens nas mudanças sistêmicas, com a reforma profunda do sistema mundo e transições hegemônica do agente principal nos processos mundiais de acumulação de capital e das estruturas político-econômicas em que tais processos estão apoiados. Arrighi (1996) propõe o conceito de ciclos sistêmicos de acumulação para analisar essa passagem na mudança do sistema-mundo. Em cada fase do capitalismo histórico, um determinado Estado hegemônico lidera o sistema interestatal e seus capitalistas lideram os

processos sistêmicos de acumulação de capital e poder no sistema-mundo. Em Arrighi (1996) temos:

As expansões e reestruturação da economia capitalista mundial têm ocorrido, antes, sob a liderança de determinadas comunidades e blocos de agentes governamentais e empresariais, singularmente bem posicionados para tirar proveito das consequências não pretendidas dos atos de outros agentes. O que entendemos por regime de acumulação em escala mundial são as estratégias e estruturas mediante as quais esses agentes preponderantes promovem, organizam e regulam a expansão ou a reestruturação da economia capitalista mundial. O principal objetivo do conceito de ciclos sistêmicos é descrever e elucidar a formação, consolidação e desintegração dos sucessivos regimes pelos quais a economia capitalista mundial se expandiu, desde seu embrião subsistêmico do fim da Idade Média até sua dimensão global da atualidade (ARRIGHI, 1996, p. 10)

Cada ciclo sistêmico de acumulação é formado por uma fase inicial, de expansão material, em seguida de uma fase final, de expansão financeira. Imediatamente após um tempo de expansão material, a superacumulação de capitais, faz com que não possa ser investida com lucro, no comércio e na produção. As organizações e os indivíduos capitalistas reagem retendo, em forma monetária, para maior liquidez, uma proporção crescente de seus produtos, avolumando a disponibilidade de capital circulante em nível mundial. Deste modo, se forma uma massa de liquidez excessivamente abundante; é quando os capitalistas percebem que o comércio de moedas, a especulações e as operações de crédito, podem garantir melhor eficiência na reprodução a seu estoque de capital, por consequência, passam a investir seus excedentes para os mercados financeiros. Arrighi (1996) chama essa passagem, de expansão material para a expansão financeira, de crise sinalizadora.

Podemos resumir os ciclos sistêmicos de acumulação na forma marxista de DMD':

A forma simples da circulação das mercadorias é MDM, conversão de mercadorias em dinheiro e reconversão de dinheiro em mercadoria, vender para comprar. Ao lado dela, encontramos uma segunda especificamente diversa, DMD, conversão de dinheiro em mercadoria e reconversão de mercadorias em dinheiro, comprar para vender. O dinheiro que se movimenta de acordo com esta última circulação transforma-se em capital, vira capital e, por sua destinação, é capital (MARX, 2016, p.178).

Isto é, o capital-dinheiro(D) constitui a liquidez, flexibilidade e liberdade de escolha. O capital-mercadoria (M) é o capital investido numa dada combinação de insumo-produto, visando o lucro, dando rigidez e um encolhimento das opções. D' representa o aumento da liquidez, da flexibilidade e da liberdade de escolha. Desse

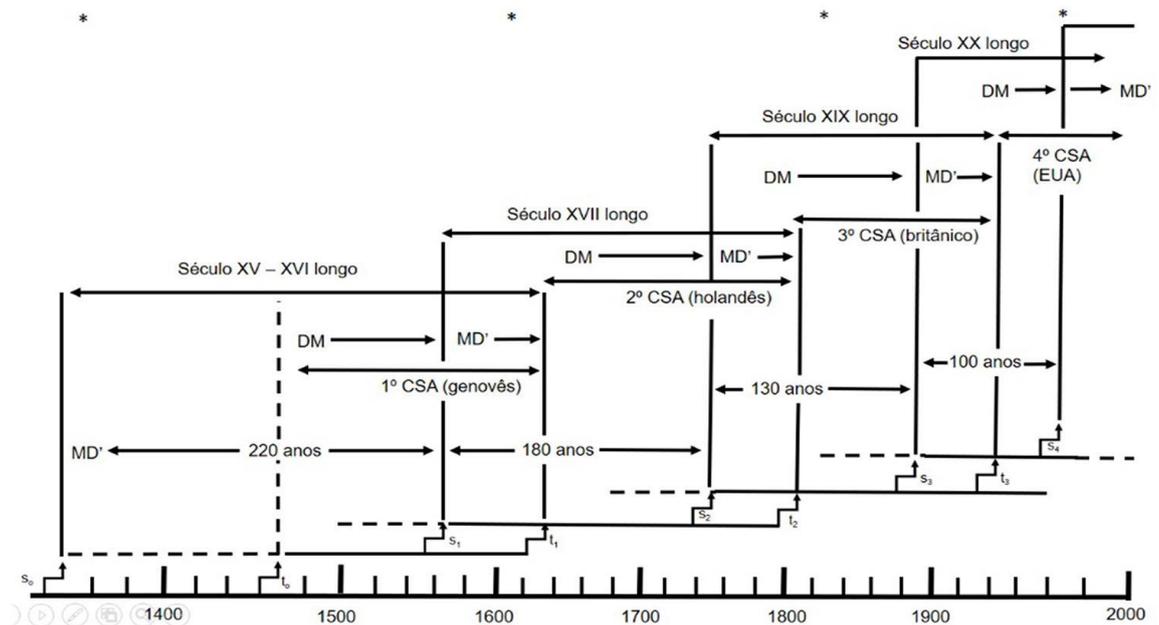
modo, o capitalista investe dinheiro em insumos-produtos, com perda da flexibilidade e da liberdade de escolha, com finalidade de assegurar uma flexibilidade e liberdade de escolha ainda maiores no futuro. Portanto, as fases DM de acumulação de capital, nas quais o capital monetário movimenta uma massa crescente de produtos, incluído a força de trabalho e produtos primários transformado em mercadorias, se torna a fase MD' de expansão financeira que uma massa crescente de capital monetário não se torna mercadoria, e a acumulação segue em acordos financeiros, se torna a abreviada DD'. Essas fases constituem um completo ciclo sistêmico de acumulação (DMD').

A fase de expansão financeira (MD') remete que a base material do ciclo de acumulação do Estado hegemônico encontra-se esgotado, isto é, não proporcionam mais expectativa de lucros nas estruturas produtivas, ocorrendo que, um volume cada vez maior de capital, na sua forma líquida e mais flexível passe para valorização na esfera financeira. É um período de crise hegemônica, de transformação estrutural do moderno sistema de Estados nacionais soberanos, de início de novos regimes, novos modos de governo, para uma nova liderança no sistema-mundo, com formação na superação da crise financeira e começo de um novo ciclo sistêmico de acumulação.

Arrighi (1996) propõe os ciclos sistêmicos de acumulação do capitalismo histórico, identificando suas fases de expansão material e financeira. O primeiro ciclo é o genovês ao longo século XVI, isto é, de cerca de 1450 a 1630. O segundo ciclo é o holandês, aproximadamente de 1630 a 1780. O terceiro ciclo é o britânico, no período de 1780 a 1930. O quarto ciclo sistêmico é o estadunidense. Cada ciclo é identificado conforme o complexo, particular, de agentes econômicos e governamentais que lideraram o sistema capitalista mundial na direção de expansões materiais e financeiras, o qual, juntas constituem o século longo.

Arrighi (1996) aponta os anos 1970 como a crise sinalizadora do ciclo estadunidense estando os Estados Unidos na fase de expansão financeira e de declínio do ciclo sistêmico.

Figura 1: Séculos longos e ciclo sistêmico de acumulação.



Fonte: Arrighi (1996)

Agora, para a análise desse trabalho partiremos da perspectiva e contribuição de Immanuel Wallerstein que aborda o sistema capitalista mundial e os conceitos de economia-mundo, proposta de Braudel, e o sistema interestatal. As contribuições desses autores são considerados o núcleo duro da abordagem na análise do sistema-mundo (ARIENTI; FILOMENO, 2007).

2.1 O Sistema Mundial por Wallerstein

Os conceitos de moderno sistema mundial, economia-mundo capitalista e sistema interestatal surgem como nova abordagem sobre a história do capitalismo, por Wallerstein, em meados dos anos 70 com a publicação do artigo seminal *The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis* e do volume *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*, em 1974, ambos de autoria de Wallerstein. Em busca dos determinantes do sistema mundial moderno, Wallerstein publicou em mais três partes principais, separadas por épocas fundamentais para o desenvolvimento do sistema.

O primeiro volume, já mencionado, cobre o período de 1450 a 1600, correspondendo ao estudo das origens e condições primitivas do sistema mundial que engloba

a passagem do feudalismo ao capitalismo. O segundo volume, *The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy*, tem por objetivo a consolidação do sistema entre 1600 a 1750. O terceiro volume, *The Modern World-System III: The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy*, ocupa-se em recriar o sistema decorrente das transformações tecnológicas no avanço do industrialismo nos anos 1730 a 1840. E um quarto volume, *The Modern World-System IV: Centrist Liberalism Triumphant*, que diz sobre a consolidação da economia-mundo capitalista dos anos 1789 a 1914.

Como unidade de análise, Wallerstein (1991) define dois tipos de sistemas sociais: minissistemas ou sistemas-mundo. Os minissistemas são representados pelas economias tribais integradas, associadas de uma reciprocidade que está envolvida em uma única divisão do trabalho, entidade política e uma única cultura, caracterizam-se como grupos bastante pequenos. Os minissistemas existem até serem centralizados, pela expansão do sistema-mundo, em um único sistema social possível atualmente, com características de uma rede extensa de processos econômicos, políticos e culturais (WALLERSTEIN, 1991). Em Arienti e Filomeno (2007) há uma definição pertinente do sistema-mundo:

Um sistema-mundo, como qualquer sistema social, é definido como uma unidade espaço-temporal, cujo horizonte espacial é co-extensivo a uma divisão de trabalho que possibilita a reprodução material desse “mundo”. Sua dinâmica é movida por forças internas, e sua expansão absorve áreas externas e integra-as ao organismo em expansão. Sua abrangência espacial, determinada pela sua base econômica-material, engloba uma ou mais entidades políticas e comporta múltiplos sistemas culturais. No caso que interessa, o sistema-mundo capitalista reúne uma economia-mundo capitalista e um conjunto de Estados nacionais em um sistema interestatal com múltiplas culturas. (ARIENTI; FILOMENO, 2007, p.103).

O nome “sistema-mundo” é usado por ocorrência da reprodução material de sistema social ser maior que a jurisdição territorial de um Estado nacional, e a relevância de sua definição como unidade de análise está em interpretar o capitalismo histórico, como um sistema surgido na Europa, no século XVI, e expandiu sua organização social do trabalho para as demais regiões do globo de tal modo que as integrou em sua economia. Para Wallerstein (1974), não só o Estado nacional (ou a economia nacional) deve ser usado como unidade de análise, e propõe que se use toda uma divisão de trabalho, no qual toda a história da expansão do capitalismo o interesse de

acumulação fez moldar, sobrepujando uma divisão local do trabalho. O comércio mundial que organiza uma divisão mundial do trabalho de acordo com o interesse capitalista de lucro monopolista e acumulação incessante de capital e age como força que reúne todas regiões do globo, com política e cultura diferenciadas. Esse comércio é comandado pelo interesse do capital e não deve ser visto como comércio internacional unindo economias nacionais autônomas. O sistema-mundo é complexo, com múltiplas estruturas, e determinada pela divisão do trabalho sob interesses capitalista. (ARIENTI; FILOMENO, 2007).

Em Wallerstein (1991), o sistema-mundo é um entidade de grande escala e longa duração e pode ser dividido em: impérios-mundo e economias-mundo. Os impérios-mundo é o complexo entre dois ou mais grupos com culturas diferentes e que dependem de um sistema de governo único, vinculado à elite de um centro, com limites geopolíticos definidos e o controle da divisão do trabalho, que implica na apropriação forçada de excedente⁴. Diferente da economia-mundo no fato de que é composta por uma divisão de trabalho integrada através do mercado e não por uma entidade política central. Nesse sistema social há interdependência entre duas ou mais regiões com culturas e políticas diferentes.

2.1.1 A economia-mundo capitalista

Na análise de “The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century”, Wallerstein (1974) expõe a passagem do feudalismo ao capitalismo em um processo sócio-político-econômico-religioso que passava na Europa. Observamos que a crise do feudalismo ocorreu devido a um estado primitivo da tecnologia, e as condições meteorológicas fizeram baixar a produtividade dos solos, agravado pelo aumento das epidemias. O mundo medieval vivia uma economia baseado na guerra. Os empréstimos aos reinos fizeram aumentar a crise de crédito, causando entesouramento do ouro, que trouxe aumento generalizado de preço e a conseqüente redução de procura, que acarretou a estagnação do comércio. Desses problemas tecnológicos, monetários e financeiros surgem os conflitos sociais (revoluções camponesas, séc. XIII-XIV) por toda a Europa.

⁴ Conceito marxista de utilização de excedente é a mais-valia de forma ampliada. O excedente não é pago ao trabalhador, é centralizado pelos capitalistas.

Foi justamente nesse colapso e estagnação que aconteceu, segundo Wallerstein (1974), a passagem para a economia-mundo capitalista.

É de grande importância reconhecer na obra de Wallerstein os três principais fatores para a consagração da economia-mundo capitalista: 1) uma expansão com a dimensão geográfica do mundo; 2) a utilização de diferentes métodos para o controle do trabalho em diferentes produtos e diferentes zonas da economia-mundo; e 3) a criação de aparelhos de Estados fortes, o que viriam a ser os estados centrais da economia-mundo capitalista. (MARTINS, 2010).

Nas economias-mundo haviam a tendência histórica de ser dominadas por uma única unidade política e a ser agrupadas em impérios-mundo, segundo a análise de Wallerstein (1974). A economia-mundo capitalista, contudo, se mostrou como uma força superior a essa tendência. Os impérios políticos sendo meios primitivos de dominação econômica o que faz o capitalismo é oferecer uma fonte mais lucrativa de apropriação do excedente. Portanto, para Wallerstein (1974), o moderno sistema-mundo é uma economia-mundo capitalista combinada com distintos Estados nacionais, que, juntos, constituem o sistema interestatal (explicado mais adiante). O capitalismo se expandiu a partir de capitais dos Estados nacionais, causando mais acirramento na concorrência, não mais pela conquista territorial e arrecadação de tributos como era em um império, mas agora para apoiar os seus capitais, organizar uma divisão do trabalho, garantir condições de monopólio para seus capitais e gerar maiores rendas e com a implicação angariar mais tributos.

A característica principal da economia-mundo é a divisão mundial do trabalho. Há, deste modo, na produção e na distribuição do excedente do sistema-mundo capitalista desigualdades sociais e regionais. Com capitais concentrados nas regiões centrais e incentivados pelos Estados nacionais que absorvem o excedente gerados pelos seus trabalhadores e também de trabalhadores de regiões periféricas. Para compreendermos melhor como a divisão do trabalho domina a economia-mundo é imprescindível a apresentação de conceitos como: As cadeias de mercadorias; A relação centro-periferia; A semiperiferia e; A troca desigual, que apresentaremos abaixo.

As cadeias de mercadorias são comumente relacionadas ao comércio globalizado. São cadeias que compõem a produção de mercadorias, desde a extração de matérias-primas, em geral retiradas nas regiões de periferia, até sua industrialização em produtos de alto valor agregado, normalmente realizada na regiões de centro (a relação centro-periferia será apresentada a seguir). Por conseguinte, para a colocação

de um produto no mercado há uma cadeia mercantil com diferentes fases e o valor da mercadoria é gerado pelo trabalho realizados nessas fases. A análise do sistema-mundo considera que a distribuição do valor não é feita de forma justa com o valor trabalho gerado em cada fase. Os capitalistas que controlam determinadas fases do processo produtivo e comercial recorrem a habituada vantagem tecnológica, organizacional ou política para concentrar o valor gerado em outros segmentos da fase produtiva, criando a situação de monopólio. (ARIENTI; FILOMENO, 2007).

Para Wallerstein(1974), o mercantilismo aconteceu em decorrência das ações de capitalistas locais que usaram estruturas estatais para organizar o comércio em outras regiões, formando, como resultado uma divisão do trabalho na economia-mundo capitalista em expansão. Para liderar às cadeias mercantis era preciso vencer outros Estados concorrentes através do monopólio. Os Estados nacionais procuravam garantir que suas burguesias locais controlassem as fases mais rentáveis das cadeias de mercadorias. Essa ação criava a situação de hegemonia e imperialismo que serão exposto mais para frente no texto.

A relação centro, semiperiferia e periferia funda-se em uma divisão do trabalho, nas fases das cadeias mercantis, entre as regiões da economia-mundo capitalista. Incidi que essa divisão do trabalho entre as regiões é manipulada pelos Estados nacionais mais fortes, com o propósito de garantir aos seus capitalistas o controle das fases que mais geram a concentração de excedentes na cadeia mercantil. Essa assimetria no controle das fases produtivas e comerciais tende a aumentar, gerando, cada vez mais a troca desigual (explicado adiante). O conceito centro-periferia explica a transferência de excedentes, gerados pela produção, a uma dada região e esses excedentes formam monopólios nessas regiões e as tornas em centro do sistema, e as regiões em que há troca desigual dos monopólios torna-se a periferia. Em Wallerstein (2004) encontramos a definição do critério básico da lucratividade dos processos de produção no intercâmbio desigual. Temos:

[...] profitability is directly related to the degree of monopolization, what we essentially mean by core-like production processes is those that are controlled by quasi-monopolies. Peripheral processes are then those that are truly competitive.⁵ (WALLERSTEIN, 2004, p. 28)

⁵ [...]a lucratividade é diretamente relacionada ao grau de monopolização, o que essencialmente entendemos por processos de produção centrais são aqueles que são controlados por quase-monopólios. Os processos periféricos são, então, aqueles que são verdadeiramente competitivos

Quando acontecem as transferências das atividades produtivas, as mercadorias competitivas estão em desvantagem em relação às dos quase-monopólios. Como consequência, o valor excedente dos não monopolistas afliu para quem detêm o monopólio.

A relação centro-periferia estabelece que no processo das fases da cadeia de mercadorias Estados nacionais transferem excedentes para sua região. Porém regiões que participam das cadeias mundiais de mercadorias podem apresentar, ao mesmo tempo, atividades periféricas e centrais, ou atividades que absorvem valor excedentes da periferia e transferem valor para o centro. Essas regiões intermediárias são chamadas de semiperiferia. A semiperiferia não é apenas um meio termo, argumenta Wallerstein (1979, p. 69-70), tendo a função, como já anotado, de facilitar o congestionamento de capital no centro. Vista da perspectiva geopolítica, a polarização extremada de excedente no centro acarretaria tensão entre muito ricos e muito pobres, a situação de semiperiferia alivia essas tensões distribuindo os conflitos entre grandes potências, potências médias ou regionais e países periféricos. Ou seja, a semiperiferia atua como uma espécie de “amortecedor” ou até mesmo um “tampão” para os problemas, assegura assim que não cheguem diretamente ao centro.

Expandem-se, de tal modo, a classificação para centro, semiperiferia e periferia. Assim como os aspectos econômicos são importantes para caracterizar e definir se um país faz parte do centro, semiperiferia ou da periferia, temos, os aspectos políticos e culturais como definidores, importantes, também. Abaixo incluímos um quadro proposto por Martins (2015, p.100), os elementos que constituem e definem uma nação como centro, semiperiferia ou periferia, a partir dos aspectos econômicos, políticos e culturais:

Quadro 1: Aspectos definidores do Sistema-mundo.

Nível	Centro.	Semiperiferia.	Periferia.
Aspecto Econômico	Países com produção de alto valor agregado tecnológico; produtor e exportador de tecnologia; e mão de obra especializada.	Países de industrialização de baixo valor tecnológico agregado; não produzem tecnologia <i>produz pouca tecnologia de alto valor, mas a absorve;</i>	Países que produzem produtos primários apenas; mão de obra não especializada.

		mão de obra semiespecializada e não especializada.	
Aspecto Político	Países que são Estados fortes, tendo a capacidade de ampliar seu domínio para além de suas fronteiras.	Estados que têm o controle de sua política interna, mas não exercem influência externa (exercem influência regional).	Estados que nem possuem o controle da sua política interna, nem exercem influência externa.
Aspecto Cultural	Possuem forte identidade nacional e ampliam sua identidade como referencial para além das fronteiras	Possuem identidade cultural e nacional média.	Não possuem identidade nacional ou é fragmentada, prevalecendo identidades étnica ou religiosa

Fonte: (MARTINS 2015, p.100, em itálico grifo nosso)

Ao nos referimos à troca desigual estamos falando da transferência sistemática de excedentes das atividade produtivas da periferia para o centro, a divisão de trabalho gera uma distribuição desigual no sistema interestatal e o centro se apropria dos excedentes para suas burguesias locais, constitui, assim, a principal força que molda as desigualdades entre as nações centrais e periféricas. O capitalismo usa vários meios para transferir excedente gerado pela atividade periférica, mecanismo econômico e extra econômico, como o uso do monopólio das economias do centro, que prevalece uma taxa de lucro extraordinária e a periferia fica com taxa de lucro baixa. Essa troca desigual ocorre e cria uma acumulação de capital e isso permite entender o que causa o desenvolvimento desigual da periferia com o centro. Permite também abranger não somente os conflitos entre classe, como previsto pela teoria marxista, mas também entre regiões e entre Estados, isso é o que propões a análise da economia-mundo capitalista.

2.2 O Sistema Interestatal no Sistema-Mundo.

O moderno sistema mundial, pós-Vestefália⁶, é composto pela economia-mundo capitalista associado com múltiplas entidades políticas, principalmente os Estados soberanos. No sistema interestatal não há nenhum Estado com poder centrali-

⁶ Paz de Vestefália em 1648.

zador capaz de formar um império-mundo. No entanto, o Estado tem uma função importante ao formarem alianças e trazerem para sua região atividades centrais na divisão do trabalho capaz de garantir maior concentração de excedente mundial. Em Wallerstein (1987) temos que entre os Estados atores da economia-mundo capitalista há forças assimétricas, no qual, Estados individuais utilizam manobras políticas, diplomáticas e militares para concentrarem atividades centrais que absorve maior parte do excedente da produção mundial para seus territórios. No balanço de poder do sistema interestatal, de acordo com a história, existe tempos de hegemonia de um Estado central e, em seguida, rivalidade e disputa entre os próximos Estados hegemônicos. Para entendermos melhor o sistema interestatal precisamos explicar conceitos de seu funcionamento, o Imperialismo, a Hegemonia e a Luta de classes.

O Imperialismo decorre quando Estados centrais mais fortes dominam regiões periféricas, onde as estruturas estatais são fracas ou não existem, e a soberania da independência política é limitada ou relativa. O imperialismo envolve os meios econômicos, políticos e militares nas relações interestatais que faz transferência de excedentes para as regiões centrais. Em Lênin(2011), seu raciocínio parte do conceito de modo de produção capitalista marxista, no qual o capital inicia seu processo de reprodução trocando uma determinada quantidade de valor sob a forma de dinheiro por força de trabalho e meios de produção. Dessa produção temos uma massa de mercadorias de maior valor que são transformadas em capital-dinheiro. São os processos MDM e DMD de Marx que vimos acima. Esse processo se repete em escala cada vez maior, e o capital vai se concentrando e surgindo os grandes monopólios, que enxergam a possibilidade e sentem necessidade de ultrapassar seus limites nacionais dos Estados.

Lênin associa essa condição de monopólio com o surgimento do imperialismo:

Assim, os principais períodos da história dos monopólios pode se resumir do seguinte modo: 1) Décadas de 1860 e 1870, período de grande desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis. 2) Após a crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, no entanto eles ainda constituem apenas uma exceção. Carecem ainda de estabilidade, representando ainda um fenômeno transitório. 3) Expansão de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis tornam-se uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo. (LÊNIN, 2011, p. 126-7)

Portanto, para Lênin no fim do século XIX os monopólios se tornaram a base da economia mundial. É a partir dessa fase que Lênin enxerga a transformação do capitalismo em imperialismo. Através das atividades bancárias.

À medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, estes convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos empresários, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. Esta transformação de uma massa de modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo, e por isso devemos deter-nos, em primeiro lugar, na concentração dos bancos. (LENIN, 2011, p.138)

Essa tendência dos bancos a se concentrar é chamado por Lênin de “*trust dos bancos*”. Essa etapa é tida como a capitalismo-financeira, a exportação de mercadorias ganha caráter secundário e a tendência de monopolização é maior, há na verdade uma combinação de monopolização e concorrência. É essa combinação que Lênin nos indica que seria o início da época imperialista. Politicamente esse processo cria a tendência para a guerra entre os Estados capitalista e na esfera econômica a disputa é de capitação de mercados.

Em Amin (2005), o imperialismo não é visto como um estágio, tão menos uma etapa superior do capitalismo, ele é desde sua origem, a expansão e conquista pelos europeus e seus “filhos” estadunidenses do planeta. Amin(2005) avalia o desenvolvimento do imperialismo em três tempos:

O primeiro momento foi a conquista das Américas, no relato do sistema mercantilista da Europa atlântica da época, temos como resultado deste primeiro momento o genocídio dos índios e tráfico de escravos africanos. A “libertação” dos povos americanos veio através das revoluções, começando com os escravos de São Domingos (atualmente Haiti), no fim do século XVII. Quase um século depois com a revolução mexicana dos anos 1910 e cinquenta anos mais tarde com a revolução cubana. Amin(2005) não cita a “revolução americana”, nem a das colônias ibéricas por se tratar de uma transferência de poder de decisão das metrópoles para a colônias, dando continuidade ao poder burguês vigente nas colônias.

O segundo momento da manifestação imperialista se deu com base na revolução industrial e na dependência colonial da Ásia e da África, com a apropriação dos países imperialistas do recursos naturais. O conflito imperialista deu mais uma vez o

combate com as revoluções socialista da Rússia e da China, resultando nas duas grandes guerras mundial e posteriormente na Guerra Fria.

Estamos hoje sofrendo as condições do que seria o terceiro momento da devastação imperialista, encorajada pela derrota do sistema socialista soviético e do populismo do “terceiro mundo”. Os objetivos dos países imperialistas continuam os mesmos, controle da expansão dos mercados, nas reservas naturais e superexploração (explicado adiante) das reservas de mão-de-obra da periferia e semiperiferia.

Para Wallerstein (1980), a hegemonia no sistema interestatal compete à ocasião em que as disputas entre as grandes potências é muito desequilibrada, no qual uma potência tem o poder de impor regras nas áreas econômica, política, militar, diplomática e até cultural. A hegemonia para a relação interestatal um Estado precisa assegurar uma relação assimétrica entre centro e periferia, da forma que, um lado tenha a perspectiva, real ou ilusória, de que há melhorias por estarem dentro da organização vigente do sistema, evitando refutações violentas por Estados rivais do centro. Ainda, o essencial da hegemonia é justamente a criação de um bloco ideológico que permite à classe dominante manter o monopólio intelectual e ideológico, assim a hegemonia aparece nas formar tanto de Soft Power e Hard Power.

Nas análises histórias feitas por Wallerstein (1974) e Arrighi (1996), as hegemônias têm ciclos de mudança, e seu surgimento é antecedido por grandes guerras, e sua ruína está associado ao aumento da luta de classes internas.

Ao entramos na discussão das lutas de classe que é considerada pelo marxismo a principal força motriz da história humana, o combustível da mudança do mundo social. É o conflito entre as classes sociais, como temos, atualmente, o proletariado e os capitalistas que disputam interesses econômicos e políticos. Na análise do sistema-mundo é um processo que ocorre em escala global que envolve toda a economia-mundo e, além, das fronteiras dos Estados.

Na abordagem da economia-mundo capitalista, a luta de classe amplia no fato de atravessar as fronteiras estatais, como exemplo, em uma cadeia mercantil, os excedentes do processo produtivo e comercial se concentram nas mãos da burguesia estrangeira, vinculado a região do centro, colocando o capitalista da periferia em um situação de explorador e explorado e o proletário da periferia em uma situação de superexploração.

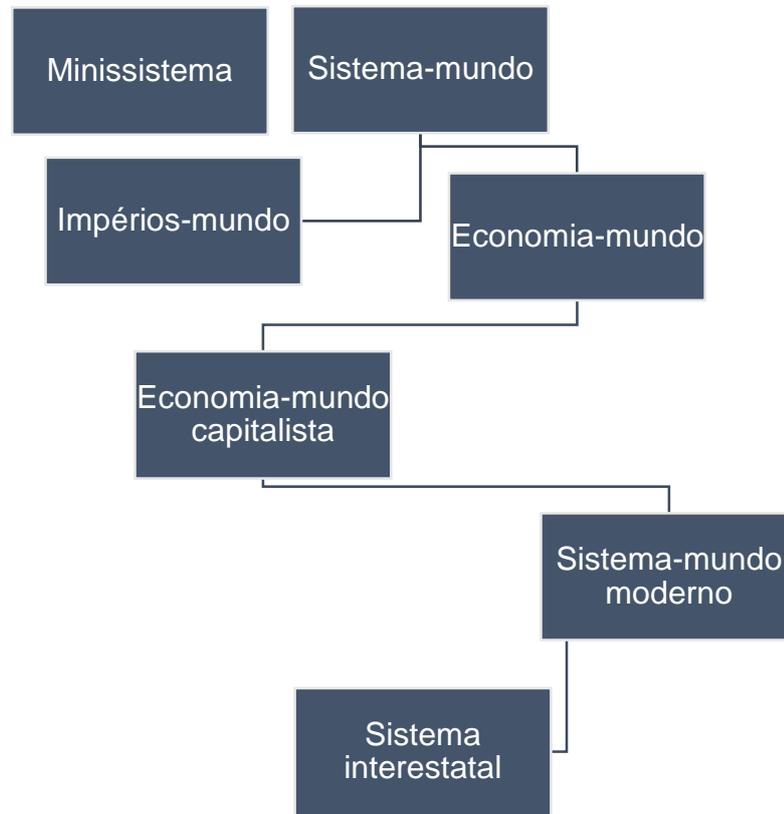
O conceito de superexploração é tratado por Ruy Mauro Marini (1973) como sendo uma condição necessária dos capitalistas das economias periféricas dependentes. Devido a troca desigual inerente na economia-mundo capitalista, as transferências de excedentes vai, sistematicamente, em direção as economias capitalistas de centro. Segundo o autor, diante dessas transferências de excedentes, os capitalistas dependentes buscam um “mecanismo de compensação” na forma de um aumento da massa dos produtos de valor intercambiado com o centro. Para um aumento da massa dos produtos é necessário uma maior exploração do trabalho. A razão para que isso ocorra é que a desvantagem que as economias dependentes possuem no comércio internacional é um reflexo do menor nível de desenvolvimento da força produtiva do trabalho. Com isso, na ausência de condições que permitem as economias periféricas de atingir níveis mais elevados de produtividade, de modo a encurtar a distância entre o preço de produção e o valor das mercadorias que exportam, procuram compensar a desvantagem através de mecanismos que implicam um aumento da exploração da força de trabalho, um aumento, no que vemos em Marx, da mais-valia absoluta.

Marini (1973, p.22) passa a expor esses métodos:

O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica; diferentemente do primeiro, trata-se aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Deve-se assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal, pelo qual "o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital", implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente. (MARINI, 1973, p.22)

Os conceitos de Minissistemas, Sistema-mundo, Sistema-mundo moderno, Economia-mundo, Economia-mundo capitalista, Impérios-mundo e Sistema interestatal até aqui apresentados é o que entendemos como a sendo o conhecimento que Wallerstein, junto com outros pensadores, acarretou na Análise do Sistema-mundo. Abaixo, incluímos um organograma de hierarquia para uma melhor visualização dos conceitos apontados.

Quadro 2: Organograma de hierarquia na análise do sistema-mundo.



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado nas obras de Wallerstein.

2.3 A Análise do Sistema-Mundo em debate no Brasil.

As Ciências Sociais caminharam em solo latino-americano na década de 1950 e se adaptaram às condições econômicas, políticas e intelectuais dos diferentes países, marcou, até a década de 1980, durante a Guerra Fria: o desenvolvimentismo com características (teóricas), da busca, pelos países da região, em seu desenvolvimento de riquezas e bem-estar social através do capitalismo, e o socialismo, que promovia (na teoria) o bem-estar e justiça social através da socialização dos meios de produção. Encontramos na literatura latino-americana estes dois projetos civilizatórios incorporados nos pensamentos cepalino-desenvolvimentista e marxista. Após 1980, o debate passa a ser a globalização.

No ano de 1974, quando foi lançado o primeiro volume de *O Moderno Sistema-Mundo*, de Wallerstein, a análise do sistema-mundo avançou nos EUA, e ficou em seu território, com poucos avanços fora dele. Na América Latina, o acesso da análise do sistema-mundo na academia foi irrelevante até década de 2000. Até onde vai nossa compreensão existe somente a contribuição significativo de Carlos Antonio Aguirre Rojas, no México. Ao observamos o Brasil, encontramos publicadas as obras de Giovanni Arrighi sobre análise do sistema-mundo, entretanto não encontramos em língua nacional⁷ nenhum dos quatro volumes da obra seminal da perspectiva do sistema-mundo, *The Modern World-System*, de Immanuel Wallerstein. Apontado que o conhecimento desta obra é imprescindível para o contato com a análise do sistema-mundo, deixado um grande buraco de conhecimento que implica na formação de nova geração de pesquisadores. Embora, ainda assim, Wallerstein e Arrighi são lidos e não notamos programas de pesquisas consistentes. Por qual razão?

Antes de tudo, percebemos que todos o processo de trabalho, também nas academias de ciências, se instalou uma divisão do trabalho, que se revela tão eficiente na geração de conhecimento quanto na de produtos, foi enraizando uma sólida estrutura que limita e condicionam as ações humanas, no caso, uma estrutura do saber da economia-mundo capitalista. Nas Ciências Sociais, a limitação é expressa no isolamento entre as disciplinas de Economia, Sociologia, Ciência política, História, Antropologia, entre outras, e especializações dentro de cada uma delas. Além disso, encontramos nas universidades e agências governamentais de incentivos a pesquisa, interesses de cargos, prestígios, financiamentos etc., que podem dificultar propostas metodológicas que desafiem o *status quo*. (VIEIRA, et al. 2012). Deixa a entender que a hegemonia política, sempre presente no ciclo sistêmico de acumulação, estabeleceu também uma hegemonia acadêmica, em que não é aceitável discutir a economia política vigente, tão menos o conceito centro e periferia, mas, sim aceitar e adotar a política econômica da hegemonia atual.

A análise do sistema-mundo não é somente uma inovação epistemológica, mas sim, uma força de mudança social. Como movimento de mudança, o destino da análise do sistema-mundo está indissolúvelmente ligado à evolução da economia-mundo capitalista.

⁷ Conseguimos somente a edição portuguesa publicado pela editora Afrontamentos, encontra-se esgotado.

Para uma maior compreensão sobre os estudos do sistema-mundo no Brasil e América-Latina encontramos os grupos: Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo (GPEPSM), que serviu de grande inspiração para esse trabalho; A Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE); A Red de Estudios de la Economía Mundial (redEM); A Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP); E a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Com o suporte teórico exposto passamos agora para a análise histórica das relações internacionais periférica e semiperiferia entre Brasil-América-Latina-EUA.

3 O PLANO DOS EUA PARA A AMÉRICA LATINA E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO GOVERNO LULA.

Neste capítulo apresentaremos a análise histórica, na prática, sobre a exposição teórica do capítulo 2. Examinaremos a política externa brasileira perante a política de atrito e convergência dos EUA para a América Latina. Para tal fim, observaremos o padrão de cooperação e conflito da semiperiferia brasileira

Usaremos para isso eventos de maior importância referente à agenda do EUA para a América Latina, no período do governo Lula (2003-2010). O objetivo aqui é caminhar à uma identificação nas relações entre Brasil e EUA, se o Brasil representa um aliado especial dos EUA, em uma relação de centro-semiperiferia.

3.1 O Plano Estadunidense para a América Latina.

Ao pesquisarmos a bibliografia relacionada a estratégia dos EUA do começo do século XXI, ou pós-11 de setembro de 2001, há o debate de que os EUA deixou a América Latina em segundo plano em sua política externa, para concentrar-se nas guerras do Afeganistão e do Iraque. No entanto, Ana Esther Ceceña (2005) questiona, alegando que Washington vem se preparando para lidar com os conflitos nos cinco continentes do planeta.

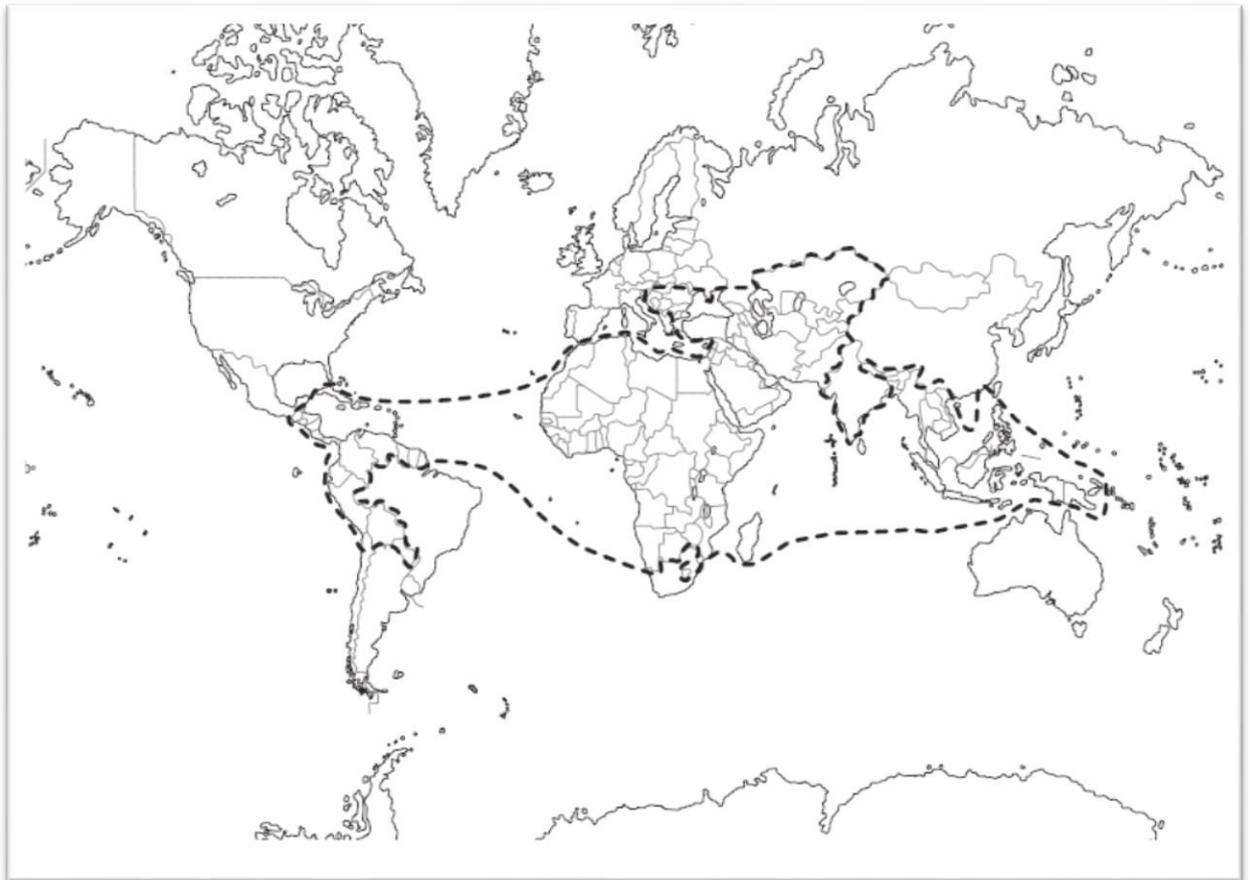
Ceceña (2005) evidencia que a América Latina cumpre, sim, papel importante na atual estratégia dos EUA na preservação de sua hegemonia, principalmente no campo econômico com a abertura de novos espaços para sua ampliação de reprodução de capital, que vamos chamar aqui de *agenda político-econômica*, e no campo da política estadunidense em acabar com as resistências contra seu imperialismo, não hesitando em recorrer ao poderio militar se necessário, nesse caso chamaremos de *agenda político-militar*.

Ceceña (2005) baseia sua pesquisa no relatório da Marinha dos EUA, no *Novo Mapa do Pentágono*, de Thomas Barnett (2003), que desenha o globo em três grandes regiões e orienta a ação do imperialismo em assegurar seu controle.

No “Novo Mapa do Pentágono” apresentado por Barnett é feita uma subdivisão do mundo em três regiões: o centro (the core), que engloba todos os países desenvolvidos, com estruturas estatais sólidas e normatividades legitimadas; os países “costura ou elo” (seam states), em todos os sentidos do termo, que jogam o papel de zonas de amortecimento e de mediadores para

o disciplinamento dos que se encontram na terceira região, chamada a “brecha” (the gap), na qual se situam as zonas de perigo sobre as quais os Estados Unidos devem ter uma política agressiva de vigilância, controle e de imposição de normas de funcionamento (tanto dos estados como dos exércitos e dos corpos de segurança, do comércio e dos investimentos) adequadas para o estabelecimento real de um sistema globalizado. (CECENA, 2005. Pg. 46-7.)

Mapa 1: A Brecha (The Gap) do novo mapa do Pentágono



Fonte: (BARNETT, 2003, p.15).

A respeito da *agenda política-militar* dos Estados Unidos, esta política vêm contando com a instalação de bases militares em todo o continente da América Latina como ampliador de seu poder. Contamos com a *Base Aérea de Soto Cano* em Honduras que tem a missão de ajudar o país em momentos de desastre. A base naval de *Comalapa* em El Salvador, inaugurada no ano de 2000, após a retirada do exército estadunidense do Panamá. O pentágono para não perder a influência na região criou a base em El Salvador com o discurso de missões contra o narcotráfico. A base de Aruba e Curaçao com o mesmo objetivo de *Comalapa* em combate ao narcotráfico, o

governo Venezuelano acusa essa base de espionagem ao seu território. A Baía de Guantánamo em Cuba, antiga instalação naval dos EUA. Usados desde 2002 para abrigar acusados de terrorismo pelo EUA. Em Antígua e Barbuda tem uma estação aérea com o objetivo de rastreamento. Na Ilha de Andros em Bahamas encontra-se a base Centro Atlântico de Avaliações e Testes Submarinos com o objetivo de desenvolver novas tecnologias navais.

Uma perda importante para o governo dos Estados Unidos foi a retirada de sua base em Manta no Equador, em 2009. Com essa grande perda os EUA olharam para a vizinha Colômbia, e aconteceu em 2009 o acordo militar entre Washington e Bogotá com uma base militar dos EUA na Colômbia, os dois países tem uma longa história de relações militares no combate ao narcotráfico. (REVISTA FORUM, 2017).

Nos documentos de estratégia do Pentágono, Ceceña (2005) constatou a visão do imperialismo na cooperação com as potências regionais como outro método de assegurar sua influência com a “brecha” (the gap). Sendo assim, se torna importante para os EUA o apoio de países de “costura” como o Brasil, para atuar como um intermediário na perpetuação dos interesses imperialistas, em troca de algum privilégio.

A respeito da *agenda político-econômica*, no pós Guerra-Fria, a política externa dos EUA tem como objetivo a conquista de novos mercados para controlar seus déficits comerciais e criar oportunidades de absorção lucrativa para seus capitais excedentes. Como uma tentativa da agenda os EUA surgiu o projeto da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), uma zona de livre circulação de bens e capitais em toda a América (Sul, Centro e Norte), que interferia nas economias e na vida dos povos na América. (LEHER, 2003, GANDÁSEGUI, 2005). A ALCA foi um dos maiores desafios que os governos de esquerda latino-americano tiveram nos primeiros anos do século XXI.

Nos subcapítulos seguinte, estudaremos a atuação da política externa brasileira perante a *agenda político-econômica e da agenda político-militar* dos EUA.

3.2 A Política Externa Brasileira perante o plano estadunidense para a América Latina.

No início do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, observamos em sua política exterior um amadurecimento das relações com os EUA. Percebemos isso já no começo de seu governo, na agenda de visitas de Lula em 2002. A convite do então presidente dos EUA, George W. Bush, Lula foi a Washington e declarou:

Desejo agradecer, uma vez mais, de público, convite que me dirigiu o presidente George W. Bush, [...] hoje na Casa Branca. Venho a Washington para trazer, do Brasil, uma mensagem de amizade. Pretendo, logo que tiver tomado posse, dar início a quatro anos de convivência franca, construtiva e benéfica entre os nossos dois países. [...] Brasil e Estados Unidos são a expressão de um mesmo sonho de liberdade, oportunidades justas e mobilidade social. Essas afinidades, necessariamente condicionadas pelos diferentes estágios de desenvolvimento em que nos encontramos, devem ser a base do entendimento entre Brasil e Estados Unidos. [...] Estou convencido, no entanto, de que o nosso vínculo pode melhorar. Se as nossas sociedades se conhecerem mais [...] Creio que o diálogo franco e direto entre presidentes, como o que tivermos hoje, e também entre as equipes ministeriais dos dois países, pode pavimentar esse desenvolvimento das relações entre Brasil e Estados Unidos. Percebo por parte da atual administração norte-americana o desejo de trilhar esse caminho, que o meu governo igualmente adotará com entusiasmo. Estão, assim, dadas as condições para que façamos um investimento político decidido na parceria entre Brasil e Estados Unidos. Para buscar uma associação madura, de respeito mútuo e proveitosa para ambas as partes. (SILVA, 2003, p.9-11)

Podemos ter duas conclusões no discurso de Lula em Washington, primeiro poderia ser entendido como uma formalidade diplomática ao Estado mais poderoso do mundo, como forma de um exercício político em um momento de que a economia brasileira se encontrava sob ameaça de ataques especulativos. Segundo, a crença na possibilidades de uma convivência mutuamente benéfica entre EUA e Brasil (LUCÉ,2007). Em Pecequillo (2009, p.203) observamos como será o governo Lula:

A ascensão de Lula ao poder foi parte de um processo de renovação das esquerdas no continente latino-americano depois da crise dos anos 1990 e do surgimento de movimentos como o FSM (Fórum Social Mundial). Nas Américas, este processo envolveu não só o Brasil, mas outras nações, em particular a Venezuela do Presidente Hugo Chávez que igualmente ofereceu uma alternativa de inserção ao modelo neoliberal. Complementares e divergentes, estas novas agendas evidenciaram a transição deste modelo anterior para uma inserção renovada e mais assertiva da parte do Brasil. Alguns elementos do final do governo FHC como a integração sul-americana ganharam

maior destaque e um conteúdo de autonomia, e a política externa passou por um processo de maior afirmação. Conduzindo este processo, à frente do MRE (Ministério das Relações Exteriores), Celso Amorim, que exercera o mesmo cargo em Franco (PECEQUILO,2009, p.203).

3.2.1 Agenda político-econômica

A indagação com a chegada de um governo considerado de esquerda em Lula era de que um país com a grandeza do Brasil fosse usado em combate à luta anti-imperialista, no sentido de recusa à proposta da ALCA e da agenda neoliberal, se transformando em um governo alternativo de desenvolvimento. O discurso anti-imperialista que Lula apresentava em toda sua trajetória política foi abandonado nas eleições de 2002, Lula revelou uma nova orientação. Desde modo, o projeto de plebiscito oficial sobre a ALCA, que Lula defendera, seria esquecido. Em Leher (2003, p.37) temos:

Na campanha eleitoral, o PT já havia se afastado formalmente do Plebiscito Nacional da Alca, realizado em setembro de 2002, e que contou com a adesão de mais de 10 milhões de participantes, quase 100% contra o referido acordo, embora o então candidato tenha afirmado que o Acordo seria uma anexação aos Estados Unidos. Após Lula assumir, o discurso dos Estados Unidos passou a ser mais duro. O secretário de Comércio Exterior Robert Zoellick, por meio de uma ironia, ameaçou: "o Brasil tem de escolher entre a Alca ou vender para a Antártida" (LEHER, 2003, p.37).

O governo brasileiro cooperaria nas negociações da ALCA de forma pragmática, sem críticas acintosa e formulando suas propostas, ao mesmo tempo que presenciava a conduta das contradições internas aos EUA, como os obstáculos postos pelo *lobbying* protecionista estadunidense.

Os EUA não aceitariam discutir assuntos que são debatidos pelo Brasil nas Rodadas Doha, como os subsídios agrícolas e regras *antidumping*, outro fato que fez o governo brasileiro rejeitar a ALCA. Neste cenário foi formulado uma ALCA light, que é uma sugestão brasileira por uma ALCA menos abrangente, no qual os países poderiam assumir diferentes graus de obrigações, respeitando as grande assimetrias entre eles, vindo a ser limitada à livre circulação de bens (FAVERÃO,2005).

A atuação brasileira na Organização Mundial do Comércio (OMC)⁸, da reunião ministerial em Cancun, que daria continuidade à rodada Doha foi de grande importância para os países de periferia. O governo brasileiro liderou nos interesses dos países agroexportadores, em assuntos como investimento, serviços, compras governamentais e propriedade intelectual e a retomada no contexto de subsídios agrícolas. Essa liderança a favor dos países agroexportadores de periferia e a não assinatura da ALCA em 2005, poderia ser o rumo na orientação terceiro-mundista que a política externa brasileira estava indo (SADER, 2006).

No entanto, após uma leitura crítica ao posicionamento brasileiro diante das negociações, se revela uma política de agenda do livre comércio que não resiste às pressões das transnacionais capitalistas dominantes. Isto fica claro na reunião ministerial realizada no balneário mexicano, quando o chanceler Celso Amorim divulgou um artigo de acusações em que o Brasil e os demais países do G-20 eram os responsáveis pelo fracasso das negociações em Cancun. No artigo, o diplomata falou que a causa do impasse foi os subsídios não concedidos à agricultura, aos países agroexportadores

No tocante à agricultura, criava-se uma oportunidade para o desmantelamento de barreiras protecionistas e a eliminação dos subsídios bilionários de que se beneficia esse setor nos países mais ricos do mundo. O mandato de Doha estabeleceu os objetivos para os chamados "três pilares" da negociação agrícola da seguinte forma: (a) melhora substancial em acesso a mercados, (b) redução dos subsídios à exportação com vistas à sua eliminação, e (c) redução significativa das medidas de apoio interno distorcivas do comércio internacional (AMORIM, 2003-2004).

Com tudo, velado, Amorim diz que o Brasil estaria disposto a negociar os "Temas de Cingapura"⁹ se os EUA e a União Europeia acatassem as demandas sobre os subsídios aos produtos agrícolas. Com essa articulação, a diplomacia brasileira, na reunião ministerial da OMC de Hong Kong, compactuou com acordos desvantajosos aos Estados de periferia, reduziu com isso as tarifas de importação para produtos industrializados dos países de centro em troca da "promessa" em reduzir os subsídios agrícolas. Essa postura, faz aumentar as trocas desiguais entre centro e periferia, mesmo se a "promessa" fosse cumprida (LANDIM, 2017).

⁸ É importante evidenciar que a OMC é um organismo internacional de instrumento de política exterior dos Estados imperialista para se manterem forte e protecionistas, enquanto atuam com o discurso de liberalização total das economias de periferia, baseado nas leituras de análise do sistema-mundo.

⁹ Relacionados aos investimentos, regras de concorrência, transparência em compras governamentais e facilitação de comércio que era, claro, desvantajoso para os países pobres.

Acabou que o prazo de vigência da ALCA, em 2005, e não foi assinado, com relutância do governo brasileiro, isso não demonstra que sua política externa seja independente dos EUA, o modelo de livre comércio é o que orienta a integração regional. Podemos analisar ainda em Cecenã (2005), que se torna evidente que o objetivo dos EUA na ALCA, era o mercado brasileiro, pelo seu potencial de comércio e investimento e, também, a pretensão estadunidense em controlar os recursos naturais abundantes da região. Esse objetivo de captação de mercado consumidor e de investimento, além do controle dos recursos naturais vêm sendo alcançado através de outro projeto de integração regional, agora liberado pelo próprio Brasil, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

O programa da IIRSA foi proposto pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Brasília no ano de 2000, alcançou maior interesse no governo de Lula, que investiu grandes financiamentos através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A proposta do IIRSA é conduzida por Eixos, com obras de grande infraestrutura no transporte e geração de energia, afim de criar e reformar os corredores de exportação para maiores vantagens logísticas, com finalidade de uso intensivo dos recursos naturais, acelerando o tempo de rotação do capital. Com isso, podemos chegar na conclusão de que os objetivos da agenda político-econômico está sendo preservada, além de que a influência da ALCA é percebido no IIRSA e impelido pelo BID, instituição reconhecida pelo suas política liberalizantes (FOBOMADE, 2003).

A diplomacia brasileira vem demonstrando uma pretensão de potência regional, percebemos isso pela direção que o bloco do Cone Sul ¹⁰e a Comunidade Andina de Nações (CAN) ¹¹vem adotando, a escolha pelo Mercado Comum do Sul (Mercosul¹²) vem aumentando. Com esse propósito foram finalizados acordos regionais de livre comércio através da Associação Latino-americana de Integração (ALADI)¹³. A ALADI surge como proposta mais flexível da antiga Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), que foi acordada em 1960. Da ALADI foi formada a Área de Livre

¹⁰ Se associa ao Cone Sul o Brasil, Chile, Uruguai e Argentina. Por vezes também o Paraguai.

¹¹ A Comunidade Andina de Nações é um bloco econômico que tem como membros partes a Bolívia, Colômbia, Equador e Peru.

¹² O Mercado Comum do Sul é uma União Aduaneira, ainda que imperfeita e incompleta, conta com os Estados Partes a Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

¹³ A ALADI foi criada no Tratado de Montevideu, em 1980. É formada por: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Comércio Sul-Americana (ALCSA). É esse o caminho que o governo Lula adotou para a integração regional. De acordo com Pecequilo (2009, p. 239):

De 1991 a 1994, o MERCOSUL concentrou seus esforços na dimensão econômico-comercial, estando na base de sua criação o objetivo da formação da União Aduaneira e as livres trocas de capital e trabalho. Todas as discussões referentes ao comércio no bloco respeitam as demandas do GATT neste período, assim como as da Organização Mundial do Comércio (OMC). A partir de 1993, a dimensão de autonomia do MERCOSUL predominou sobre as políticas de alinhamento com a presidência de Itamar Franco. Franco, com Fernando Henrique Cardoso e Celso Amorim no Ministério das Relações Exteriores em suas respectivas gestões tornam o MERCOSUL 'prioridade número um' da agenda internacional. Somado ao aprofundamento da integração do Cone Sul, foi apresentada a Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), que serve de modelo para a Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) e a UNASUL (PECEQUILO, 2009, p. 239).

A agregação de ALCSA-IIRSA do Brasil está no âmbito da economia semiperiférica, no qual, o Brasil procura garantir privilégios de influências sobre a América do Sul, este é o projeto contrapor a ALCA, articulado entre o governo e a grande burguesia industrial brasileira, que perderiam os excedentes para os EUA com a ALCA. Outrossim, o Brasil pode ter causado discordância com os EUA pela opção da ALCSA, mas essa opção brasileira não o livra do imperialismo, do poderio hegemônico estadunidense. Os projetos de ALADI, a ALCSA e a IIRSA não tem poder econômico e político para parar o avanço das transnacionais do centro, muito pelo contrário, com as infraestruturas melhoradas, os países de centro tem suas expectativas atendidas e os Estados do Sul se tornar mais propício para a instalação das transnacionais. (LANDER, 2005; LUCE, 2007).

Outro caso importante a analisar é o agronegócio, com grande crescimento das exportações durante os anos no Brasil, alguns seguimentos estão passando ao controle de transnacionais estadunidenses como Cargill e Monsanto, na política adotadas pelas sementes transgênicas. Essa adesão das tecnologias estrangeira foi extraviando excedentes para as economias de centro, através dos *royalties*. Essa política brasileira vai na contramão do interesse nacional e elimina a visão que poderíamos ter de que a ALCSA ou o Mercosul poderia ser um combate ao imperialismo. O governo Lula optou também pela monocultura agroexportadora do agrocombustível etanol, em um parceria com o governo dos EUA. Essa política se expande nas fronteiras agrícolas, destruindo florestas e ecossistemas, não podemos deixar de citar que isso

seria, o que John Foster denominou de imperialismo ecológico (FOSTER; CLARK, 2004).

Como a ALCA foi paralisada, os EUA como meio alternativo de influência criaram um acordo de livre comércio com Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua, denominado de Central American Free Trade Agreement (CAFTA), que mais tarde com a entrada da República Dominicana ficou CAFTA-DR. Na região da América do Sul os EUA entraram em acordos bilaterais com Equador, Colômbia e Peru e firmaram os acordos com o Chile (PEREIRA, 2005). A reação do governo brasileiro foi culpar os governos desses países sul-americanos na opção adotada. O fato aqui percebido sobre as políticas de integração regional é que os Estados Unidos cria a condição de imperialista de centro e o Brasil como uma semiperiferia, atende tanto a burguesia brasileira quanto ao capital estadunidense, se portando como imperialista para e periferia e subordinado ao EUA. A sustentação de troca desigual no Mercosul reflete o não sucesso da estratégia do governo Lula, passando os países a acordos com os EUA.

A agenda político-econômica dos EUA para a América Latina enfraquece durante a crise econômica de 2008, esta crise atinge o último estágio do sistema capitalista globalizado, o sistema financeiro, etapa final para a transferência do ciclo sistêmico de acumulação de Arrighi (1996).

3.2.2 Agenda político-militar

Passamos agora a analisar a relação Brasil-EUA na agenda político-militar. Luiz Souto Maior (2003) propaga que o discurso de Lula ao tomar posse foi de uma “América do Sul estável, próspera e unida”, estável, no entanto na visão da política externa estadunidense “só devem ser estáveis aqueles governos que sejam favoráveis a Washington”, a pergunta é, qual seria essa estabilidade almejada pelo Brasil?

No início do mandato, Lula encontrou dificuldades em lidar com a grande diferença de forças entre EUA e Brasil. Novamente, os EUA tinham como estratégia o controle de áreas importantes, desta vez a pauta era o centro de lançamento de foguetes de Alcântara, no Maranhão. O acordo, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) era alugar ao EUA esta área, o interesse aqui era ter uma base estadunidense próxima a Amazônia e explorar a linha do Equador para um alinhamento gravitacional favorável à satélites, no acordo o Brasil não poderia fiscalizar as atividades

na base (LUZ, 2002). Nos primeiros meses de governo, o presidente Lula engavetou ¹⁴a proposta, e também, no ano seguinte, 2003, Lula junto com Celso Amorim criticam o ataque e invasão dos EUA no Iraque, que não possuía alvará das Nações Unidas. Estas duas atitudes, já no início de seu governo, Lula deixou a entender que praticaria uma política externa independente em relação a agenda política-militar estadunidense.

O governo Lula, nas relações regionais tomou medidas de grande importância a respeito da formação do “Grupo de Amigos da Venezuela” com o objetivo de buscar uma saída pacífica para a grave crise econômica da Venezuela que aconteceu por causa da paralisação da indústria petrolífera, em virtude do golpe ao governo de Hugo Chávez, esse golpe deve participação do governo dos EUA, com financiamentos aos golpistas opositores a Chávez (GOLINGER, 2005). O governo brasileiro ao formar o Grupo chamou os EUA e Espanha para sua composição, o que foi criticado por Chávez. Sobre a relação EUA-Venezuela:

A relação EUA-Venezuela apresentou um padrão paradoxal neste período: manutenção do comércio de petróleo com permanente tensão política das relações e trocas de acusações mútuas. O discurso e a prática anti-hegemônicas de Chávez como as relações com o Irã, Cuba e a Rússia, a influência nos Andes, acusações de apoio às FARC, confrontavam os interesses norte-americanos, só que Chávez mantinha seu comércio de petróleo com o país à medida que financiava seus projetos internos (PECEQUILO, 2009).

Outro episódio das relações regionais do governo Lula, também, foi a tentativa de estabilização das crises que derrubaram os presidentes Gonzalo Sánchez de Lozada, em 2003, da Bolívia e Lucio Gutiérrez, em 2005, do Equador, buscando uma saída pacífica dos ex-presidentes. Para o Brasil, no caso da Bolívia era de interesse manter os contratos obtidos pela Petrobras. Para os EUA, o problema na região andina era visto como uma ameaça ao seu plano de controle da região, principalmente, para a conservação de sua base em Manta no Equador, que como vimos, o governo do Equador retomou o controle, em 2009.

Um acontecimento de grande repercussão foi o caso Haiti, quando Jean-Bertrand Aristide, não alinhado aos EUA, é retirado do poder por um golpe articulado por França e EUA. O governo Brasileiro, em nota, apenas confirmou a preocupação com

¹⁴ Em notícias recentes a revista Carta Capital publica a notícia de que o Brasil volta a negociar a Base de Alcântara com os EUA, no governo de Michel Temer (BARROCAL,2017)

a política de descumprimento do direito internacional por parte da invasão, não pronunciando com maior entusiasmo, condenado a derrubada do governo haitiano pela força. O motivo, para tal política brasileira, veio revelar na atuação semiperiférica do Brasil, quando assumiu o comando da Missão Internacional das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), essa postura revelou o Estado brasileiro como copartícipe na intervenção no Haiti, com objetivo de habilitar-se a uma vaga como membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Este momento veio a favorecer os EUA, quando os esforço estadunidense estava concentrado na intervenção no Oriente Médio. Isto fez o governo brasileiro constituir, como principal elemento, do Departamento de Estado ¹⁵na América Latina (ANTUNES, 2015; LUCENA, 2014).

Voltando à Venezuela, agora junto a crise com a Colômbia, em 2005. Álvaro Uribe ¹⁶inicia uma missão de captura do porta-voz das FARC Rodrigo Granda, para isso ordenou que militares colombianos entrassem em território venezuelano, clandestinamente. Isso causou um impasse, EUA tentando isolar Chávez, de um lado, e Brasil e Cuba, ao lado do líder venezuelano. Essa postura estadunidense foi percebida como uma tentativa de retomada do Plano Colômbia¹⁷ (ESPINOSA-GONZALEZ, 2005). No aspecto da retomada ao Plano Colômbia, os EUA, mesmo antes ao 11 de setembro usou sua política de Guerra Global Contra o Terrorismo (GWT) na Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai em combate ao narcoterrorismo, com aproximação militar com o Paraguai, na instalação de base dos *Marine Corps*, o que trouxe desconforto. O governo brasileiro pronunciou que os países da região tem a capacidade de defesas e não precisam de tropas estrangeiras.

Não houve alguma acusação mais dura do Brasil em relação a postura estadunidense na Venezuela, nem mesmo no plano econômico, quando os EUA vetaram¹⁸, em primeiro momento, à venda de aviões militares da Embraer à Venezuela. Embora não existisse algum acordo internacional que não permitisse essa comercialização o Brasil recuou as transações, somente veio a concluir quando venderam aeronaves,

¹⁵ Departamento dos EUA tem a função equivalente ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil

¹⁶ Foi o quinquagésimo sexto presidente da Colômbia, de 7 de agosto de 2002 a 7 de agosto de 2010.

¹⁷ Plano criado pelos EUA, em 2000, com o objetivo oficial de combate ao narcotráfico, e objetivo velado ao combate da guerrilha de esquerda as FARC.

¹⁸ O veto aconteceu com a desculpa de que as aeronaves tinha tecnologia americana, portanto, sua comercialização depende de aprovação por questões de transferência de tecnologia.

também a Colômbia, potencial inimiga da Venezuela em um conflito. Podemos explicar aqui que o recuo brasileiro em relação a venda da Embraer para a Venezuela, se deu, por causa da possível perda de mercado nos EUA.

A relação Venezuela, Brasil e EUA é um curioso caso de como se estrutura as relações de periferia, semiperiferia e centro. O governo do EUA é o maior comprador do petróleo Venezuelano por esse motivo os EUA não permitem uma política externa independente da Venezuela. Essa conjuntura pode se aplicar, também, na Bolívia e Equador, que possuem, importantes reservas de gás e petróleo em seus territórios. O papel do Brasil nessa relação é sua política de agrocombustível, tentando contrair o mercado estadunidense de combustível (LUCÉ, 2007).

Com a troca de presidente nos EUA, de Bush para Barack Obama em 2009, o mundo gerou novas expectativas de mudanças. Já no primeiro ano do Governo Obama, os Estados Unidos enfrentam outra questão de golpe na América Latina, desta vez em Honduras. O até então presidente Manuel Zelaya, com medida em fortalecer as relações com países próximos une-se à Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba¹⁹), uma aliança de líderes de esquerda crítico ao EUA. Em 2009, Zelaya sofre um golpe militar e é retirado do poder, se exilando no Brasil (CARDOSO, 2016). O governo estadunidense apoiou o golpe a Zelaya de acordo com documentos do WikiLeaks (FRANK, 2011).

3.3 A política externa do Governo Lula diante da política de atrito e convergência

Com os acontecimentos relatados até aqui, no recorte em que fizemos, na relação entre Brasil e EUA na América Latina, vamos analisar, com base nas agendas político-econômica e político-militar os momentos em que os interesses da política externa estadunidense são de atrito e quando ela é de cooperação. Vamos usar como fonte principal a tabela proposta por Mathias Luce (2007, p.51-3) com alterações nossa, evidenciamos o acontecimento, a percepção da Política Externa Brasileira (PEB), o interesse da PEB e o interesse da Política Externa (PE) dos Estados Unidos e o tipo de cooperação, no sentido de atrito ou cooperação, quando não os dois. Separamos os assuntos entre as agenda político-econômico e agenda político-militar.

¹⁹ A Alternativa Bolivariana para as Américas é uma baseada na integração social, política e econômica. Tem como membros: Antígua e Barbuda, Bolívia, Cuba, Dominica, Equador, Nicarágua, São Vicente e Granadinas e Venezuela. Honduras saiu do grupo após o golpe militar.

Quadro 3: Acontecimentos da agenda político-econômica.

Acontecimento	PEB	Interesse da PEB	Interesse da PE dos EUA	Tipo
Negociações da ALCA	Crítica aos subsídios agrícolas e barreiras não tarifárias dos EUA, mas sem caracterizar ALCA como plano imperialista dos EUA. Afirma ser possível “uma ALCA equilibrada” e propõe uma ALCA Light.	Tática análoga à dos EUA: remete para a OMC temas considerados "sensíveis" para a economia brasileira. Garantir mercados para produtos brasileiros, sobretudo agronegócio	Forçar a abertura de mercados, sem abrir mão do protecionismo que praticam	Cooperação nas duas partes.
Negociações na OMC (Cancún)	Formação do G-20, recusando negociar os Temas de Cingapura sem redução de subsídios agrícolas	Ampliação do poder de barganha para extrair concessões para as exportações agrícolas	Liberalização dos Temas de Cingapura (compras governamentais, serviços, investimentos)	Cooperação e atrito
Negociações na OMC (Hong Kong)	Participação no G-4, aceitando reduzir tarifas aduaneiras para industrializados e avançar na negociação sobre serviços. Em troca, obteve a promessa da diminuição dos subsídios agrícolas europeus e dos EUA para 2013	Interesses do agronegócio brasileiro	Interesses em conquistar mercados para produtos manufaturados e para ramos como serviços financeiros, entre outros.	Cooperação nos dois lados
Autorização para cultivos transgênicos	Autorizou, no Brasil, a soja transgênica da Monsanto e outros cultivos geneticamente modificados	Interesses do agronegócio brasileiro, associado às corporações de sementes e herbicidas	Interesses de transnacionais de capital estadunidense como Monsanto e Cargill	Cooperação nas duas partes.
IIRSA	Participação assertiva, com financiamentos volumosos do BNDES	Explorar contiguidade física da América do Sul para obter ganhos de escala e favorecer empresas brasileiras, notado caráter semiperiférico, se portando com centro da periferia sul-americana.	Obter facilidades logísticas para o incremento do comércio e do controle dos recursos naturais	Cooperação e atrito

Fonte: (LUCE,2007, p.51-3)

Política dos agro-combustíveis	Aliança energética com Bush para o etanol	Controlar mercado mundial de etanol	Obter outras fontes energéticas e enfraquecer governos como o de Chávez, na América Latina	Cooperação nas duas partes
--------------------------------	---	-------------------------------------	--	----------------------------

Quadro 4: Acontecimentos da agenda político-militar

Acontecimento	PEB	Interesse da PEB	Interesse da PE dos EUA	Tipo
Criação do "Grupo de Amigos" da Venezuela	Integra ao grupo diplomático EUA e Espanha, que participaram ativamente do golpe de 2002	Obter reconhecimento de Washington como mediador político	Legitimar oposição a Chávez e transmitir imagem dos EUA como país preocupado com a democracia na Venezuela.	Cooperação nas duas partes.
Crise boliviana de 2003	Negocia a saída pacífica. Avião da Força Aérea Brasileira resgatou presidente deposto, Gonzalo Sánchez de Losada, e seu vice, Carlos Mesa, tomou posse.	Obter prestígio como mediador regional. Garantir interesses da Petrobras preservando a institucionalidade	Impedir ascensão de forças anti-imperialistas	Cooperação nas duas partes
Crise colômbia-venezuelana de 2005	Atua, com Peru e Cuba, por saída diplomática, diferenciando-se da postura do Departamento de Estado de tentar isolar a Venezuela.	Obter prestígio como mediador regional. Conter interferência na esfera de influência do Brasil na América do Sul.	Tentativa de isolar o governo Chávez.	Cooperação e atrito.
Plano Colômbia.	Negativa em conceder bases, mas disposição de cooperação militar.	Evitar ingerência externa na esfera de influência do Estado brasileiro.	Busca pela regionalização do Plano Colômbia.	Cooperação e atrito.
Crise equatoriana de 2005.	Procura, novamente, solução pacífica, disponibilizando avião da FAB para Gutiérrez deixar o país. Toma posse o vice-presidente Alfredo Palacios.	Obter prestígio como mediador regional. Preocupação com interesses da Petrobras.	Impedir ascensão de força política adversa à manutenção da base de Manta. Preocupação com interesses da Oxy.	Cooperação e atrito.
Invasão e golpe de Estado no Haiti sob direção de força militar franco-estadunidense.	Não condena golpe e invasão e reconhece Gerard Latorue como presidente interino. Pontifica-se a integrar força de estabilização da ONU.	Intenção de demonstrar capacidade de operação liderando força da ONU no Haiti, para habilitar-se a vaga	Manter controle de seu <i>Rimland</i> e poupar desgaste maior devido ao Iraque.	Cooperação das duas partes.

		no Conselho de Segurança.		
Projeto de concessão aos EUA da Base de Alcântara (Maranhão).	Retirada do Projeto de Lei que tramitava na Comissão de Relações Exteriores do Congresso Brasileiro.	Defesa da esfera de influência do Brasil. Programa Aeroespacial Brasileiro.	Expandir presença militar na região/ explorar posição privilegiada próximo à Linha do Equador.	Cooperação e atrito.
Invasão do Iraque em 2003.	Crítica ao unilateralismo e à violação ao direito internacional.	Defesa da ONU e do multilateralismo.	Busca de respaldo à intervenção no Oriente Médio.	Cooperação e atrito
Instalação de base dos Marine Corps, em Mariscal Estigarribia, no Paraguai.	O governo brasileiro realiza, em resposta, manobras conjuntas do Exército e da Força Aérea na região de Foz do Iguaçu. O chanceler Celso Amorim declara que inexistem razões para uma base dos EUA na região.	Evitar ingerência externa em sua área de influência. Crítica à presença militar dos EUA, mas em linha não confronto.	Agenda da militarização. Possível vínculo com controle dos recursos naturais.	Cooperação e atrito
Contencioso da venda de aviões militares à Venezuela.	Reclamações sobre o veto dos EUA, mas obedecendo, ao final.	Eliminar obstáculos para as exportações brasileiras de equipamento bélico.	Impedir cooperação militar com governo Chávez.	Cooperação e atrito.
Crise em Honduras em 2009.	Fornecer apoio a crise de Honduras, promover refúgio ao presidente Zelaya.	Atuar como mediador nas controvérsias na América central em favor do anti-imperialismo.	Depor o presidente Zelaya que estava se aproximando ao governos de esquerda da América latina.	Atrito nas duas partes.

Fonte: (LUCÉ,2007, p.52-3)

Quanto a classificação usada, os exemplos empregados nas agendas não podem ser analisados como somente pertencente ao econômico ou ao militar. A caracterização aqui foi apenas uma dinâmica que indicam a tendência do acontecimento.

Ao vemos toda a agenda político-econômico-militar, podemos concluir que entre Brasil e EUA, o tipo de alinhamento, no governo Lula, foi no que chamamos de cooperação antagônica. Na economia, o governo não adere ao plano dos EUA com a ALCA e promove uma alternativa com a iniciativa do IIRSA e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), iremos nos aprofundar no próximo capítulo, ao desenvolvermos a análise entre as relações Brasil-América Latina. No tema da militarização, a cooperação encontra-se nas ações de mediação política, onde a luta imperialista é mais forte, Bolívia, Equador e Venezuela. O Brasil cumpre bem seu papel de semiperiferia desempenhado um papel de amortecedor das mobilizações populares, poupando esforços estadunidense na região.

4 O PAPEL SEMIPERIFÉRICO DO BRASIL NO SISTEMA REGIONAL SUL-AMERICANO: TROCA DESIGUAL E HEGEMONIA

O Brasil, durante o século passado, foi se tornando uma potência regional ao superar a Argentina, que vinha perdendo seu poder econômico com os anos. No século XXI, o território brasileiro já tinha o parque industrial mais diversificado e a maior economia da América do Sul esse fator é provocado pelas trocas desiguais e pelo traço da especialização desigual na divisão regional do trabalho (CERVO, 2013). O indício do Brasil como potência regional ocasionou nos projetos de integração que assumem uma assimetria produtiva em benefícios de empresas brasileiras e transnacionais de centro.

O Mercosul era visto como uma tentativa de bloco com mais simetria entre seus integrantes, isso acontece por que na década de 1990. O Brasil, com as políticas econômicas adotadas do Plano Real, obteve déficits comerciais. No entanto, com a desvalorização do real em 1999, os saldos comerciais passaram a ser superávit. Esse acontecimento fez criar as assimetrias e questionamento sobre os ganhos em participar do Mercosul. Essa crítica pode ser entendida mediante a ótica do papel semiperiférico brasileiro (FILGUEIRAS, 2006; SOUSA; BASTOS, 2009). Notamos esse papel semiperiférico nas relações bilaterais, no caso Brasil-Paraguai sobre a questão Itaipu, a presença da Petrobras na Bolívia e Equador, em exemplo.

Quando Luiz Inácio Lula da Silva chega ao poder, em seu primeiro mandato o discurso de um governo com maior integração com os vizinhos sul-americanos, começando com o reconhecimento das assimetrias regionais. Ainda assim, as divergências continuaram. Temos esferas opostas no governo Lula, em que os interesses das políticas são de atrito e cooperação. Em Edgardo Lander, encontramos perguntas pertinentes sobre a integração sul-americana, que tentaremos responder nesse capítulo:

A consideração dos projetos de integração latino-americanos exige a formulação de algumas questões vitais. Integração para quem? Para os setores privilegiados destas sociedades? Para os capitais, sejam eles nacionais ou transnacionais, possam se mover livremente em todo o continente? Ou, pelo contrário, para os povos, para as maiorias empobrecidas, excluídas, subordinadas?

Não há nada na ideia de integração que em si mesmo possamos considerar como favorável para o futuro dos povos do continente. Não basta que seja uma integração latino-americana ou sul-americana para que corresponda aos interesses populares. Tudo depende do modelo de integração em questão. Quem está impulsionando? Para que? Para quem? Em função de quais interesses e de quais valores ele se desenha? Dependendo da resposta a essas

questões, a integração pode apoiar as relações de dominação atualmente hegemônicas, ou pode contribuir para abrir brechas para miná-las. [...]

Uma integração que sem limite algum explore os recursos naturais, os convertendo em mercadorias exportáveis para gerar os excedentes requeridos para pagar a dívida externa? Ou uma integração orientada para a recuperação e a construção de outras formas de os seres humanos serem parte da natureza, que não a considere um inimigo a ser submetido, controlado, explorado e, em consequência, destruído?

Uma integração pensada como área de livre comércio, concebida principalmente como a construção de um espaço econômico de livre circulação de mercadorias e capitais? Ou uma integração geopolítica concebida como parte dos processos de resistência à ordem global, que busca impor a política unilateral e imperial do capital transnacional e do governo dos Estados Unidos? (LANDER, 2008)

Abordaremos sobre as questões de Lander o regionalismo na América do Sul para depois pensarmos em uma integração regional. A ideia de regionalismo e integração regional é debatido no texto de Yann Richard (RICHARD, 2014), que conceitua regionalismo como sendo de “ação planejada, de uma estratégia implementada por um ator individual ou coletivo”, com retirada de barreiras aduaneiras na vizinhança, o regionalismo é estritamente relacionado a países próximos, com ideologia política e economia parecida. Na integração regional os territórios podem ser poucos ou nada conectados, os países entram em um acordo para formar um espaço comum.

4.1 O novo regionalismo sul-americano

Durante as eleições que deram posse a Lula, em 2003, o seu discurso era de uma postura mais assertiva para a América do Sul, o que veio confirmar no seus dois mandatos. O regionalismo sul-americano, embora não fosse novidade do governo Lula, foi em seu governo que os acordos regionais foram mais desenvolvidos, de acordo com Leandro Couto:

A opção brasileira, no governo Lula, de institucionalização do diálogo multilateral iniciado por Cardoso adquire relevância especial para a distinção entre as linhas de atuação da diplomacia brasileira na América do Sul e é aqui entendida como uma inflexão marcante com relação ao período anterior. (COUTO, 2010).

Como principais medidas de regionalização, podemos destacar os acordos que formaram à Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA); a política brasileira de internacionalização das empresas nacionais através da Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA) que foram intensificadas com financiamentos do

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Governo Lula. A criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) que viria a se tornar a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Dado que a análise da teoria da integração é estudada no século XX, a formação do regionalismo latino-americano é notado desde o período das independências. O regionalismo pode ser tratado como pan-americanismo, de inspiração hegemônica dos Estados Unidos que usa de autoproclamação à intervenção sobre a região, ou de termo latino-americanista, com uma autonomia frente aos EUA. Essa latino-americanização assumiu a condição desenvolvimentista terceiro-mundista em projetos como o Mercado Comum Latino Americano (MCLA), ganhando com oposição e resistência ao domínio dos EUA, no Brasil é visto no governo Geisel com a multilateralização das relações internacionais. Há, também, com as organizações de esquerda, principalmente após a Revolução Cubana, um caminho de formação anti-imperialista (LUCE, 2007)

A latino-americanização perde força nos anos 1980 com a chegada do neoliberalismo. A CEPAL propõe um novo termo, o modelo do regionalismo aberto com a chegada da economia liberal, o discurso diplomático brasileiro muda, passando a olhar mais para a América Latina. Para Zugaib (2006):

No entanto, essa tentativa de "latino-americanização" da diplomacia brasileira viria a sofrer, mais recentemente, um reducionismo, embora não excludente, em função da revisão do conceito de América Latina, em decorrência do surgimento de forças contraditórias da globalização e da regionalização, contexto em que a dimensão geoeconômica adquiriu importância vital nos esforços de integração. Em função dessa nova dinâmica internacional, aumentou o grau de interdependência do México, da América Central e do Caribe com os Estados Unidos, em contraste com a América do Sul, cujas relações regionais e internacionais são mais diversificadas, o que lhe confere especificidade no âmbito latino-americano (ZUGAIB, 2006).

A razão para esse regionalismo sul-americano foi estritamente econômico, Villafañe Santos (2005), argumenta que com a adesão do México ao NAFTA, em 1992, fez emergir o conceito de América Latina, nessa crise de identidade que passava foi agravado pela percepção que o mundo estava sendo construído por megablocos econômico-comerciais. Foi diante dessa conjuntura que o chanceler Celso Amorim, no governo de Itamar Franco, apresentou a proposta de Área de Livre Comércio Sul-americana (ALCSA) para implementar a ALADI, a questão aqui é que a ALADI não contemplava toda a América do Sul sem o Suriname e a Guina. Esse discurso seria

um primeira aproximação ao conceito de América do Sul na diplomacia brasileira. A integralidade da América do Sul viria a ser proposta durante o governo Lula, em 2004, com a criação da CASA, que depois, em 2008, veio a se tornar a UNASUL. Não nos articularemos sobre CASA e UNASUL nesse primeiro momento. Nosso objetivo nesse subcapítulo é tentar mostrar como o regionalismo latino-americano das décadas passadas se tornou esse novo regionalismo que temos no governo Lula.

No começo do governo, já podemos perceber essa postura sul-americana ao verificamos mudanças no Ministério das Relações Exteriores com intenção de promover o regionalismo. Há a publicação da revista *DEP- Diplomacia, Estratégia e Política*²⁰, voltado à América do Sul, com a função de informar e debater sobre os processos de integração regional. Podemos dizer que a DEP veio com essa ideia de novo regionalismo, e seria a sucessão do *Boletim de Integração Latino-Americana*, produzido durante a década de 1990 pelo Departamento de Integração Latino-Americana do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Durante todo esse processo de novo regionalismo, enxergamos a liderança da diplomacia brasileira nos projeto de integração, como a ALCSA, a IIRSA e a UNASUL, que serão analisadas mais de perto nos próximos capítulos.

4.2 ALCSA como proposta ao novo regionalismo sul-americano.

A ALCSA foi, como explicado acima, uma tentativa para um novo regionalismo sul-americano com a pretensão brasileira em assumir o papel de potência regional. A proposta, na prática, é uma extensão do Mercosul, e como já analisado, foi também uma alternativa à criação da ALCA. No sentido de extensão do Mercosul fica evidente que a pretensão brasileira em relação a ALCSA não era tanto para a América Latina, mas, sim, para a América do Sul (BERNAL-MEZA, 2005). Essa pretensão voltada ao Sul é explicado pelo próprio fenômeno do regionalismo, que a proximidade física é considerado relevante sobre a visão geoeconômica. Outro fator importante para nossa atenção é o peso econômico do Brasil na América do Sul, onde a economia brasileira é mais competitiva e tem maior valor agregado nas pautas de exportações. (MEDEIROS, 1998). Em Darc Costa, ex-diretor do BNDES, em um entrevista ao Valor Econômico encontramos uma justificativa:

²⁰ A última publicação da revista foi de outubro a dezembro de 2009.

O resultado da política externa do Itamaraty é notável, porque nós expandimos nossas relações comerciais com a América do Sul. O foco da expansão comercial foi a América do Sul. É aqui que nós vendemos manufaturados. No resto do mundo nós somos exportadores de commodities. É na América do Sul que somos competitivos.

A exemplo do restante da América Latina, o comércio brasileiro com o MERCOSUL tem a vantagem de ser constituído em mais de 70% de produtos manufaturados, o que o coloca em posição mais relevante do que o intercâmbio que o Brasil tem com as demais regiões do mundo (COSTA, 2003, p.96).

Encontramos, também, no *Boletim de Integração Latino-Americana*, nas palavras do embaixador Sebastião do Rego Barros Neto:

Para o Brasil, o mercado sul-americano é especialmente atraente, não apenas por suas dimensões e perspectivas de crescimento, mas também por suas características peculiares. Trata-se do mercado de maior absorção relativa de produtos manufaturados brasileiros e, portanto, de bens de maior sofisticação tecnológica e agregação econômica. Num balanço entre os diversos mercados de produtos brasileiros, calcula-se que cerca de 50% de nossas exportações para a União Europeia e de 70 a 80% de nossas exportações para os Estados Unidos são de produtos manufaturados; no caso do mercado sul-americano, este percentual atinge a cifra expressiva de 90% (BARROS NETO, 1995).

Portanto, a proposta da ALCSA foi criada pelas grandes vantagens competitivas que a indústria brasileira tinha, assim, as negociações foram abertas, o plano era ir eliminando as barreiras tarifárias entre os países sul-americanos gradativamente. Essa assimetria observada no ALCSA foi geradora do seu fracasso. Osny Duarte Pereira, faz uma crítica à postura brasileira em relação a regionalismo:

alguns economistas, com o sadio propósito de formar um bloco latino-americano de grande poder, imaginaram realizar uma “integração econômica” da América Latina, em que, eliminando as barreiras alfandegárias, as repúblicas abastecer-se-iam entre si, como se fossem estados de uma grande federação. A ideia seria realmente magnífica se fosse exequível, isto é, se todas fossem igualmente soberanas, de modo a formar uma unidade política e econômica e se a maioria delas concordasse em renunciar à sua própria industrialização, conformando-se em serem abastecidas pelos parques industriais de São Paulo, de Buenos Aires e do México, trocando de amos (PEREIRA, 1959, p.482 APUD, LUCE, 2007).

Com o passar dos anos da regionalização, notamos que a postura de Pereira tinha validade. Então, se a falha nos programas era concebidos pelas assimetrias entre as economia e infraestrutura, a política agora seria lidar para a redução das assimetrias e fazer com que o Brasil arcasse com os custos maiores do processo de integração.

O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães em seminário, em Bagé (2002)²¹ acentua de uma necessidade de “estratégia generosa”, no que diz a respeito ao Brasil não exigir custos iguais de nosso vizinhos. Guimarães (2005) realça que o Brasil em articular um bloco econômico e político na América do Sul, não deve agir com hegemonia, dando aos outros países mecanismos que compensa os processos de desigualdade. Com isso, a política brasileira deve ter uma postura de construção de bloco sul-americano, sem qualquer pretensão de hegemonia.

O discurso no governo Lula era de uma nova abordagem na redução das assimetrias regionais, que analisaremos mais adiante. Agora, vamos analisar outra política sul-americana: a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

4.3 IIRSA: o projeto que alimenta a integração

A ALCSA/IIRSA se complementa na política de integração regional, enquanto a ALCSA se ocupa de quebrar as barreiras tarifárias da livre circulação de bens e serviços a IIRSA se torna como um meio para isso, transformando a região através de infraestruturas. Um projeto com a IIRSA já era questionado antes mesmo de sua criação, em 2000, com as palavras do embaixador Rubens Barbosa (1996), expressava que para o projeto da ALCSA fosse efetivado era preciso um plano para abras de logísticas, um suporte físico à geografia política sul-americana, em infraestruturas, que funcionariam com veias para os transportes rodoviários, das hidrovias, portos, energia e comunicação.

Antes do IIRSA, havia, uma tentativa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de que o problema de infraestrutura fosse resolvido, com um programa de planejamento que respeitava a concepção do *Novo Regionalismo*. O termo também era proposto pelo BID nos anos 1990. A tentativa de resolução do problema de infraestrutura que o BID encontrou foi que cada Estado da América do Sul articulassem com seu setor privado, determinado vantagens comparativas com os recursos naturais, humanos e financeiros. Segundo o BID, esse investimento privado era preciso para aumentar a competitividade com o resto do mundo e desenvolver o espaço comum na região. (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2000).

²¹ Seminário de programa do Partido dos Trabalhadores. Bagé, 2002.

Segundo o BID,

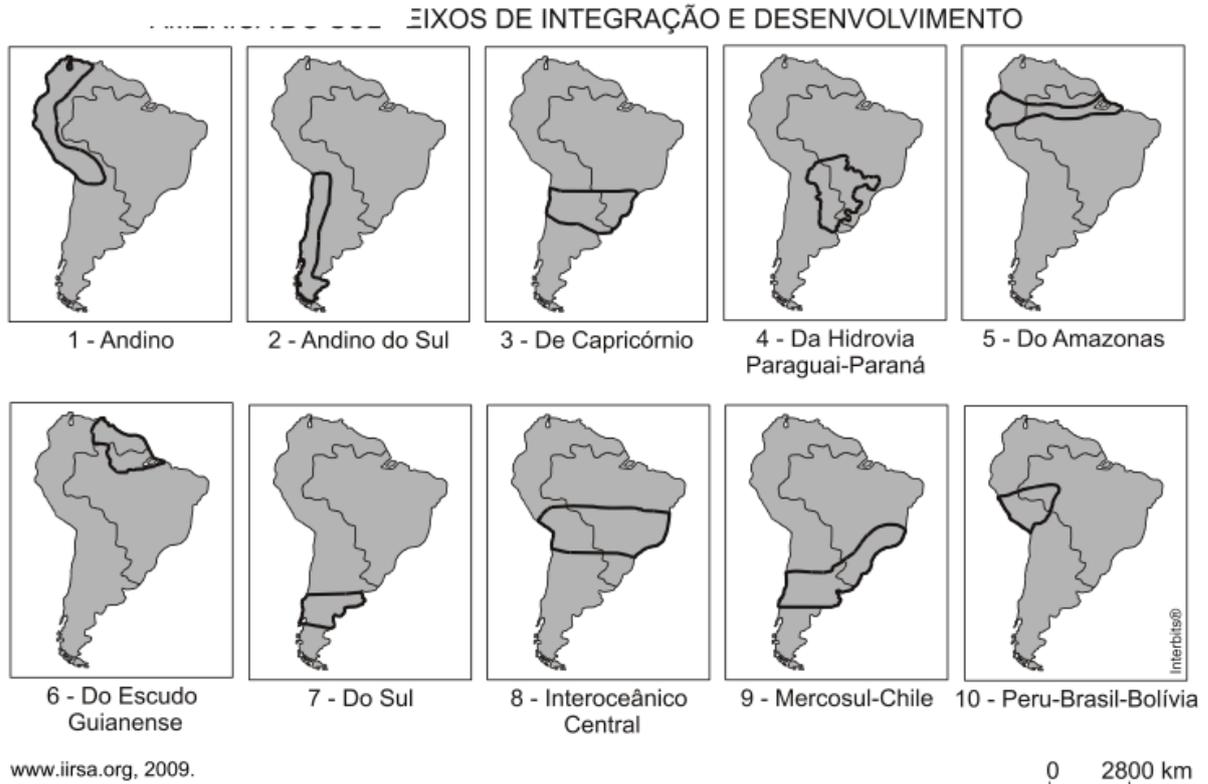
En línea con su papel instrumental, el objetivo de la integración regional en América Latina se ha modificado con la nueva estrategia general para el desarrollo. En esencia, el Nuevo Regionalismo de los años noventa formó parte integral de las reformas estructurales de base amplia que han estado en camino en América Latina desde mediados de la década de 1980. Las características centrales de la estrategia actual incluyen una apertura a los mercados mundiales, la promoción de la iniciativa privada y el repliegue del Estado de la actividad económica directa, en favor de su rol en materia de fiscalización, promoción y de protección social. (BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO, 2000, p.4).

A IIRSA foi promulgada durante a I Reunião de Presidente Sul-Americanos, realizado em Brasília, 2000. O projeto foi chamado de *Plan de Acción para la Integración de la Infraestructura de Sudamérica*, e para se concretizar foi dividido em 11 eixos. Vemos em Igor Fuzer (2008), sobre os Eixos do IIRSA:

- 1.Eixo Andino (Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia): integração energética, com destaque para a construção de gasodutos.
 2. Eixo (Andino) do Sul (sul do Chile/Talcahuano e Concepción, e da Argentina/ Neuquén e Baía Blanca): exploração do turismo e dos recursos energéticos (gás e petróleo)
 - 3.Eixo de Capricórnio (norte do Chile e da Argentina, Paraguai, sul do Brasil): integração energética, incorporação de novas terras à agricultura de exportação, biocombustíveis.
 4. Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná (sul e sudoeste do Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai): integração dos transportes fluviais, incremento na oferta de energia hidrelétrica.
 - 5.Eixo do Amazonas (Colômbia, Peru, Equador, Brasil): criação de uma rede eficiente de transportes entre a bacia amazônica e o litoral do Pacífico, com vista à exportação.
 6. Eixo do Escudo Guiano (Venezuela, Guiana, Suriname, extremo-norte do Brasil): aperfeiçoamento da rede rodoviária.
 7. Eixo do Sul (região andina da fronteira Chile-Argentina)
 8. Eixo Interoceânico Central (Sudeste brasileiro, Paraguai, Bolívia, norte do Chile, sul do Peru): rede de transportes para exportar produtos agrícolas brasileiros e minerais bolivianos pelo Pacífico
 - 9.Eixo Mercosul-Chile (Brasil, Argentina, Uruguai, Chile): integração energética, com ênfase nos gasodutos e na construção de hidrelétricas.
 - 10.Eixo Peru-Bolívia-Brasil: redirecionamento do fluxo das exportações agrícolas brasileira para o Pacífico.
- (FUZER, 2008, com alterações nossa para se ajustar com a Figura 3).

Temos o mapa para melhor visualização:

Figura 3 :EIXOS do IIRSA.



Fonte: www.iirsa.org

Nossa pesquisa não tem condições de analisar com detalhes cada eixo em particular, isso pelo grande esforço de pesquisa e o pouco tempo que temos para tal. Infelizmente. Porém, vamos colocar eixos específicos que vão ajudar na nossa análise para o projeto geoeconômico de regionalização que sugerimos.

Tal como vimos, para uma melhor competitividade com o exterior, o requisito para isso é uma maior velocidade dos fluxos econômico. Esse é o objetivo do Eixo Amazonas que faz a interligação entre Colômbia, Peru, Equador e Brasil, a criação de da rede eficiente de transportes entre a bacia amazônica e o litoral do Pacífico e criação de multimodais, com vista à exportação.

No Eixo Peru-Bolívia-Brasil que redireciona o fluxo das exportações agrícolas brasileira para o Pacífico é visto com conflitos de interesse em relação a Hidrovia do Rio Madeira e as hidrelétrica de Santo Antonio e Jirau, no estado de Rondônia, fron-

teira com Bolívia. O conflito aqui acontece por que a instalação das duas usinas provocarão grande impacto ambiental na Bolívia, isso atinge a soberania boliviana, por que o governo brasileiro não consultou o governo boliviano para tais construções. Para Luce (2007):

Os maiores interessados nas obras desse Eixo são os empresários do ramo sojeiro. Seus ganhos vão muito além dos suprimentos de fertilizantes de Ba-yóvar. Com o sistema multimodal que prevê atravessar, de ponta a ponta, a região amazônica, o agronegócio do Centro-Oeste brasileiro será favorecido com dois eficientes corredores de exportação, direcionados simultaneamente ao Atlântico e ao Pacífico, visando aos mercados europeu e asiático. A ligação assegurará maior rapidez nas etapas compreendidas entre a colheita dos grãos e seu embarque aos mercados de destino - graças à rede multimodal e às vantagens localizacionais dos portos disponíveis nos dois oceanos. (LUCE, 2007, p.71)

Essa intensificação da economia do centro-oeste indo em direção a Amazonas pode causar a expansão da soja na Floresta Amazônica, causando intensiva exploração e destruição do bioma.

Um dos Eixos principais para o objetivo do IIRSA acontecem no encontro dos Eixos Interoceânico (Sudeste brasileiro, Paraguai, Bolívia, norte do Chile, sul do Peru) com o Eixo Andino (Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia). Os dos Eixos conectados convergem o Mercosul e CAN. No lado brasileiro, há grande interesses com essa convergência, firmas como a Marcopolo, que tem uma fábrica na Colômbia, gozara da infraestrutura de transportes para suas exportações.

Outro interesse de interligação dos Eixos, para o uso intensivo dos recursos naturais e da utilização de vias de transporte pode ser encontrado nos Eixos de Capricórnio (norte do Chile e da Argentina, Paraguai, sul do Brasil) e do Paraguai-Paraná (sul e sudoeste do Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai). Ana Ceceña (2005) pronunciou sobre eles:

Combinando o eixo Capricórnio com outro que passa pelo rio Paraguai, cruzando o país do qual tomou seu nome, desdobra-se um ambicioso projeto de conexão destinado a fortalecer a inserção do Sul americano no mercado mundial. O eixo Paraguai-Paraná desce desde o Brasil até a desembocadura do rio Paraná na Argentina, marcando uma rota natural de acesso e saída para o centro da América do Sul que os governantes e empresários locais vêem como oportunidade de negócios e de atração de investimentos, e as organizações e movimentos sociais percebem como um perigo para o meio ambiente, que não só receberá os impactos da ativação dessa rota, mas será objeto privilegiado de apropriação dos capitais interessados na zona (CECEÑA e MOTTO, 2005)

O que analisamos da IIRSA aqui evidencia a materialização do ponto de vista geoeconômico. No que diz respeito ao Eixos podemos reforçar a hipótese da união ALCSA-IIRSA, com a política de características semiperiférica do Brasil em relação a América do Sul. Nesse momento as empresas brasileiras e o Estado buscam avançar a posição dominante de capitação de excedentes. Passamos agora para a atuação brasileira de política externa no governo Lula.

Mesmo que a ideia de projeto da IIRSA aconteceu no mandato de FHC, foi no governo Lula que foi melhor desenvolvida, não podemos dizer que o fator tempo foi a causa para não ter o maior progresso no governo FHC, e sim, o fator da nova política exterior, que temos com Lula, fazendo da América do Sul uma prioridade.

O desenvolvimento da IIRSA na política externa brasileira do governo Lula acontece quando a maior instituição de crédito, o BNDES, disponibiliza recursos para a infraestrutura. No I Seminário de Co-Financiamento BNDES-Corporação Andina de Fomento, em 2003, o banco estatal criou um departamento direcionado para a integração sul-americana, esse anúncio aconteceu quando representantes dos 12 países da América do Sul estavam discutindo projetos para a prospecção da IIRSA. (LESSA, 2004). Ricardo Seitenfus (2005) comenta que diante da falta de capacidade de investimento dos países da região, o BNDES aderiu ao financiamento da IIRSA.

A adesão do BNDES à IIRSA, pela forma que aconteceu, concede privilégios de contratação exclusiva ou um diferencial nas licitações a empresas brasileiras, desta maneira o BNDES passa a ser o principal meio da política externa econômica brasileira. Confirmado no registro da Secretaria de Relações Exteriores do Itamaraty:

O BNDES é o principal órgão brasileiro na implementação da política de integração física regional, através de financiamento à exportação de serviços de infraestrutura. A atuação do banco é assim instrumental, juntamente com a efetiva disponibilização e desembolso de recursos pelas instituições multilaterais de financiamento (MANTEGA, 2005).

Há de acrescentar, que a diplomacia econômica do Departamento de Integração Sul-Americana normatizou outro procedimento para ajudar nas transações, o Convênio de Crédito Recíproco (CCR). Criado no período de ALALC e depois foi reformulado pelo Tratado de Montevidéu, em 1980 que instituiu a ALADI. O CCR consiste em um mecanismo de um Sistema de Compensação de Pagamentos operacionalizado pelos bancos centrais participantes, por meio de compensações de valores que reduz a necessidade de divisas nas transações comerciais entre os signatários.

Olhando com uma perspectiva de integração, o CCR é visto como uma possível moeda sul-americana, confrontando a visão do FMI, que é contrário à compensação regional. O CCR fora desativado no governo FHC e revitalizado no governo Lula como componente da política de integração regional. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017).

Percebemos um papel proativo desenvolvido pelo BNDES, que faz gerar uma reserva de mercado sul-americano que é abraçado pelas empresas brasileiras, e essa influência das empresas principalmente, as empreiteiras Andrade Gutiérrez e o Grupo Odebrecht, eram visto, também no MRE, pois a revista DEP, relacionada anteriormente, era patrocinada por essas empreiteiras.

Essa relação do MRE com as empresas brasileiras remete a nossa próxima análise. A internacionalização das empresas brasileiras.

4.4 A internacionalização das empresas brasileiras

Um acontecimento que contribuiu para a internacionalização das empresas brasileiras foi a abertura comercial dos anos 1990. O Mercosul desempenhou um importante papel em mostrar as potencialidades do mercado, principalmente no Cone Sul. Essa integração regional levou inúmeras empresas brasileiras a esse mercado, a exemplo das empresas Ambev e a Localiza Rent-a-Car. Empresas com grande presenças na Argentina, principalmente a primeira. (GOVÊA e SANTOS, 2004)

Assim como o Mercosul e o Cone Sul tem a função de suporte no comércio do Brasil com a América do Sul nos anos de 1990. No governo Lula o papel, principal, de suporte é reservado ao IIRSA. Agora, vamos estabelecer a função do BNDES nas internacionalização e inserção regional da burguesia brasileira sobre o pensamento semiperiférico, e a conduta da IIRSA para essa inserção.

Como vimos, o BNDES financiou os serviços de infraestrutura do Brasil para a América do Sul, que abriu um marco novo para a política econômica do país no apoio à exportação de capitais. Essa política do BNDES acontece quando foi instaurada a resolução 1189, em 2005, que institui uma linha de crédito para a internacionalização de empresas brasileiras, com o objetivo de “estimular a inserção e o fortalecimento de empresas de capital nacional no mercado internacional” (SOBBERT, 2006). Pouco tempo depois que a medida foi tomada, o grupo JBS, maior abatedouro de bovinos da América Latina pode incorporar os ativos da empresa Swift Armour, o maior frigorífico

argentino, se tornando o maior distribuidor de carne bovina do mundo, fortalecendo o movimento de internacionalização das empresas brasileiras. O mesmo desempenho do BNDES é encontrado no caso das privatizações de aeroportos peruanos com interesse da Infraero.

A JBS e a Infraero são dois grandes exemplos que encontramos, não é necessário conhecermos todos os casos para podermos determinar o processo de internacionalização das empresas brasileiras, nos primeiros anos do governos Lula.

A estratégia das empresas brasileiras para se tornar as grandes multinacionais latino-americanas é a atividade extrativa, vinculadas a vantagens naturais da abundância de recursos sul-americano, encontramos empresas como a Votorantim, CSN e Gerdau, Petrobrás e Vale do Rio Doce a frente, aprofundando a desigualdade na região com a transferência de capital excedente dos países da região para uma pequena burguesia brasileira. Veremos as principais propostas analisadas do período, nos países: Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Peru e Equador. A escolha desses países justificada pela maior atuação das empresas brasileiras no Governo Lula para a América Latina (GOVÊA; SANTOS, 2004).

No que se refere a Argentina, o país em questão liderava a competição com o Brasil pela hegemonia na América do Sul, quando em seu período de regime militar sofre uma desindustrialização de setores da indústria nacional e com as políticas neoliberais e nos anos 1990, não foram bem sucedidas. Nesse contexto, os capitais nacionais foram vendidos para empresas estrangeiras. Constatamos, nos anos do governo Lula, grandes investimentos, financiados pelo BNDES, para empresas brasileiras, fazendo com que a internacionalização projetasse na economia argentina. Temos a compra do controle da Perez Companc pela Petrobras; A venda da cervejaria Quilmes para a Ambev; A aquisição pela Camargo Correa de 50% do mercado da empresa Loma Negra; E como já mencionado a venda da Swift para a JBS.

Nesse período, o governo Argentino, percebendo que os saldos comerciais com o Mercosul estavam retraindo em relação a transferências de setores importantes para o controle de multinacionais brasileiras, passaram a reclamar maiores benefícios no bloco. Nesse contexto, notamos a desconfiança da Argentina para o Brasil, o papel de semiperiferia brasileira é percebido nas duas relações. A desconfiança acontece diante do impasse, entre Argentina e Uruguai, por conta da instalação da fábrica de celulose uruguaia na fronteira entre os dois países. O governos Argentino reclama que a fábrica prejudica seu meio-ambiente e como uma tentativa de resolver o impasse o

governos do Uruguai propõe que o Brasil mediasse um consenso. Néstor Kirchner prefere recorrer ao Tribunal Internacional, demonstrando receio com o Estado brasileiro, que historicamente rivalizou com a Argentina a hegemonia do Cone Sul, poderia ter inclinação para o Uruguai (GOVÊA e SANTOS, 2004 e CERVO, 2013).

No que diz a respeito do Paraguai, no caso Brasil-Paraguai é evidente o tratamento imperialista brasileiro sobre o Tratado de Itaipu e as relações desiguais da exploração do potencial hídrico paraguaio. O problema acontece em pontos como a restrição de que o Paraguai não pode vender o excedente de energia para outro país, a não ser o Brasil, o preço baixo que o Brasil paga pela energia excedente por causa da grande dívida que o Paraguai adquiriu com o Brasil na construção da barragem e da usina de Itaipu, essa dívida cresce por causa das altas taxas de juros cobradas pelo governo Brasileiro. No final do governo Lula o Paraguai consegue importantes vitórias nas negociações com o Brasil (BLANCO, 2009)

Devemos mencionar, sobre o Eixo Hidrovia Paraguai-Paraná da IIRSA, que, em 2006, o BNDES libera crédito para a Cooperativa LAR, empresa brasileira de agrogócio, com o objetivo de expandir suas operações em solo paraguaio. O interesse aqui acontece por que o Paraguai é o terceiro maior produtor de soja da América Latina e o sexto no mundo, no período analisado.

Em relação ao Uruguai, o maior problema para o Uruguai é ter o Brasil e a Argentina como vizinhos, visto que, por conta de barreiras, o Uruguai não consegue fazer com que seus produtos cheguem ao mercado, no Mercosul (PALACIOS, 2006). O fato mais interessante para se analisar aqui é as grandes privatização de setores importantes da economia Uruguiaia, a compra de frigoríficos por empresas estrangeiras, incluído o Brasil nas firmas de Tacuarembó e Elbio Rodríguez pela gigante Marfrig, o Canelones, pelo grupo Bertin, o Pulsa, que o brasileiro Ernesto Correa se tornou o principal acionista, segundo dados do Instituto Nacional de la Carne uruguaio. Na trajetória de aquisições brasileiras, agora fora da agropecuária, no ramo de petróleo, podemos citar a compra de mais da metade das ações de Gaseba pela Petrobrás.

O maior problema nas privatizações do setor de agroeconomia uruguiaia advém da grande dependência desse setor para o Uruguai chegando a 29% de sua exportação em 2010. Significando que a burguesia brasileira controla um dos ramos mais importantes da atividade econômica uruguiaia. Com essa situação desvantajosa o Governo do Uruguai começa a dar preferência nas relações com os EUA e diminuindo com as relações com o Brasil e a Argentina.

Com relação a Bolívia, nesse país ocorreu um caso significativo para entendermos o caráter semiperiférico do Brasil. A empresa Petrobrás dominava quase a metade do petróleo e gás da Bolívia, quando Evo Morales decretou a nacionalização dos hidrocarbonetos:

Ao longo dos 10 anos que marcam a criação da Petrobrás Bolívia (1996) e a nacionalização dos hidrocarbonetos decretada pelo governo de Evo Morales (2006), a Petrobrás afirmou-se na condição de maior empresa em atividade na Bolívia. Quando da chegada de Morales à presidência, a companhia detinha 45,9% das reservas provadas e prováveis de gás e 39,5% das reservas de petróleo, além de controlar etapas de toda a cadeia de hidrocarbonetos (prospecção, exploração, refino, distribuição e comercialização). Na atividade de refino, por exemplo, a empresa detinha o controle de 100%, na condição de proprietária das refinarias de Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra, adquiridas em 1999, em consórcio com a empresa argentina Perez Companc (LUCE,2007).

A atitude de Lula em relação a essa nacionalização comprovou, mais uma vez, a política de integração que seu governo assumiu. O discurso de Lula foi reconhecer a autodeterminação da Bolívia em seus recursos naturais, essa atitude era vista como uma política de integração solidária, oferecendo o perdão da dívida boliviana como estratégia para manter a estabilidade na região e garantir a integração regional. A Bolívia tem um papel importante no projeto de integração sul-americana, uma vez que sua posição geográfica é essencial nos planos da IIRSA, como acesso para o Pacífico.

Outro fato que faz a política brasileira ser pacífica em relação a Bolívia é a grande parcela de produção de soja que famílias brasileiras tem no território (TACHINARDI, S/D)

Quanto ao Peru, o interesse econômico das empresas brasileira neste país fica em torno da atividade mineradora que, segundo o site The atlas of economic complexity, representou 46% das exportações do Peru. Empresas como a Votorantim Metais (VM) comprou a Refinria de Zinc Cajamarquilla, empresa nacional peruana que foi privatizada, essa empresa tem um dos menores custos de produção de zinco no mundo, esse fato acontece pela pequena distância que as atividades de mineração tem da capital Lima. A VM, também adquiriu partes das ações da Companhia Mineira Milpo, a quarta maior mineradora de zinco no país. Com essas aquisições, a VM passa ser a quinta maior extratora de zinco no mundo.

Outra empresa com grandes investimentos no Peru é a brasileira Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que com a ajuda do Itamaraty, ganhou a licitação do Projeto Bayóvar (VALE DO RIO DOCE GANHA CONCESSÃO DE JAZIDA DE FOSFATO NO

PER, 2005), para a exploração da jazida de fosfatos no litoral peruano, o maior interesse da Vale está no fato de que a mineração está voltado ao pacífico, o que facilita o comércio com o mercado asiático, com o foco principal na China. A Vale se beneficiaria da proposta no Eixo Multimodal do Amazonas do IIRSA, o curioso é que no início do processo de privatizações das jazidas, aconteceu com datas próximas os projetos dos Eixos da IIRSA, causando a impressão que ambos estavam relacionados. Em 2006, mais uma empresa brasileira de siderurgia entra nos negócios do Peru, o Grupo Gerdau adquiriu as companhias estatal, Siderperú.

Saindo do setor da siderurgia, agora no setor petrolífero, temos a Petrobrás que assumiu as instalações da Perez Companc, que extraía petróleo na localidade de Talara, no noroeste do país.

Com a grande presença das empresas brasileira nos principais setores da economia peruana, há um temor da burguesia brasileira nas eleições de 2006, com a possível vitória do nacionalista Ollanta Humala e o perigo de acontecer o que ocorreu com a Petrobrás na Bolívia de Evo Morales, a vitória foi de Alan Garcia e a Petrobrás avalia investir em gás-químico no Peru.

Com respeito ao Equador, este país é extremamente dependente de hidrocarbonetos, segundo o site The atlas of economic complexity, em 2010, os hidrocarbonetos representavam 54% das exportações do Equador. Na década de 1990, com as políticas neoliberais o governo equatoriano foi privatizando os setores dos hidrocarbonetos. As empresas imperialistas que operariam no país fizeram aumentar a dependência do país durante os anos, como os excedentes iam para o centro capitalista, a qualidade de vida da população equatoriana não melhoravam.

O Brasil entra em cena na extração de petróleo quando compra a companhia argentina Perez Companc, em 2002, que possuía ativos no Equador. A problemática da extração de petróleo para Petrobrás no Equador está na situação de que a localização da extração se encontra em uma área de grande biodiversidade, a Amazônia equatoriana, onde há muito conflito com a legislação ambiental do Equador, na região tem uma concentração de povos indígenas e a atividade petrolífera causaria graves danos ambientais, conquanto, a Petrobras continuou com o plano de extração e recebeu aprovação do governo equatoriano para isso, o que explica a o esforço diplomático do governo brasileiro em acalmar a crise institucional no governo Gutiérrez, em 2005, e depois oferecer asilo diplomático para o presidente deposto. (GOVÊA e SANTOS, 2004 e LUCE, 2007).

Com o presidente interino Alfredo Palácio, o Ministério do Meio Ambiente equatoriano determinou a suspensão das atividades nas áreas de proteção, que causou desconforto no Governo brasileiro, vindo a acontecer uma reunião entre Celso Amorim e autoridades equatorianas. No contexto da reunião, foram liberados créditos do BNDES para obras de infraestrutura no Equador realizadas por empreiteiras brasileiras, essa atitude nos leva a pensar que o BNDES estaria a dispor dos interesses da Petrobras e também de empreiteiras nacionais.

Com a exposição que relatamos aqui podemos reparar que o Brasil do Governo Lula usa da integração regional como um alicerce para suas políticas que implicam trocas desiguais e acumulação de excedentes, através dos projetos que conhecemos, desde a ALCSA até a IIRSA, que implica impactos com custos desiguais sobre cada Estado. Nesse âmbito econômico, o Estado brasileiro tem características de um Estado de semiperiferia quando exporta produtos primários para o centro capitalista, e produtos manufaturados para a América do Sul.

Analisemos agora, seria possível possibilitar uma integração mais justa nesse quadro desigual? Com a liderança brasileira, porém sem essa característica de absorção de excedente que o centro possui? Vejamos agora União de Nações Sul-americanas (UNASUL) como tentativa de uma integração mais simétrica.

4.5 A UNASUL como projeto de integração

O projeto da UNASUL foi assinado com o Tratado de Brasília em 2008, porém sua ideia foi iniciada nos anos 2000, com a formação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). O projeto englobava os 12 países sul-americanos. O esforço em torno da institucionalização da CASA era integrar a CAN e o MERCOSUL, e o projeto IIRSA poderia ser acentuado, a concepção em torno da UNASUL era que temas não comerciais fossem priorizados, algo inovador nos processos de integração latino e sul-americano (PECEQUILO, 2009).

A construção da CASA até a UNASUL passa por alguns momentos. Uma importante política é criada com o objetivo de desenvolver a integração econômica, social e política, em 2003 é lançado o Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI), que incentiva o Brasil à importação de produtos de países da região, em setores competitivos. O objetivo principal é melhorar os déficits estruturais que

alguns países sul-americanos têm com o Brasil e construir o aprofundamento da integração na região. O PSCI junto com outras iniciativas, assim como a CASA seria como mais um recurso do governo Lula para o princípio da integração solidária que conhecemos. Na prática o PSCI não tenta diminuir a distribuição desigual das trocas na região. As motivações são para a produção de mercadorias que o Brasil não produz internamente, o que não reduz notadamente as assimetrias, mantendo as trocas desiguais. O PSCI se porta como mais um instrumento que o Estado semiperiférico brasileiro tem para manter sua hegemonia regional. (LUCE, 2007)

O esforço sul-americano em busca da integração tem como base a convergência dos interesses políticos, econômicos, sociais e de segurança como desenvolvimento interno, regional e global. Como foi anunciado, a CASA entra com esse objetivo, integrar o MERCOSUL, a CAN e o Chile, que está com maior influência dos EUA. Em Carvalho temos:

Portanto, a Casa foi criada tendo como parâmetro três eixos principais: o entendimento político e diplomático, reforçando a importância da democracia na região; a aproximação entre Mercosul e a CAN, com a adição da Guiana e do Suriname; e a integração da infra-estrutura regional. Tendo a Casa como respaldo institucional do Mercosul ampliado, seus membros encaminham por consenso a convergência política e os mecanismos comerciais, de integração física e energética de que resulte o fortalecimento dos blocos, Comunidade Andina e Mercosul (CARVALHO, 2009, p.53)

A UNASUL apresenta-se perfeitamente com a visão da PEB brasileira de integração regional. As propostas em torno da UNASUL estão na criação do Conselho de Segurança, que ganha respaldo após as tensões ocorridas entre Colômbia, Equador e Venezuela; De um Parlamento Sul-Americano e de um Banco da América do Sul, com intenção de substituir o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Na 63ª Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU) temos o discurso de Lula, ressaltando a importância do processo de união do povo sul-americano:

Em meu continente, a Unasul, criada em maio deste ano, é o primeiro tratado – em 200 anos de vida independente – que congrega todos os países sul-americanos. Com essa nova união política vamos articular os países da região em termos de infra-estrutura, energia, políticas sociais, complementaridade produtiva, finanças e defesa. Reunidos em Santiago do Chile há pouco mais de uma semana os presidentes da América do Sul, comprovamos a capacidade de resposta rápida e eficaz da Unasul frente a situações complexas, como a que vive a nação-irmã boliviana. Respalamos seu governo legitimamente eleito, suas instituições democráticas e sua integridade territorial e fizemos um apelo ao diálogo como caminho para a paz e a prosperidade do povo boliviano (FOLHA DE S.PAULO,2008)

O surgimento da UNASUL veio acrescentar na aproximação política-econômica-militar da América do Sul, nas palavras de Couto (2009) “O Brasil já foi americano, latino-americano, atualmente, é sul-americano”, o que resta saber é se as assimetrias entre os países vão diminuir, para assim acabar com as trocas desiguais que a semiperiferia brasileira causa com a região.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por toda a extensão dessa pesquisa tentamos nos fundamentar no que foi apresentado na primeira parte, a Análise do Sistema-Mundo foi criada como mais uma contribuição sobre a estudo do mundo capitalista e como as relações interestatais regem de acordo com sistema vigente.

Ao acompanharmos o raciocínio da perspectiva do Sistema-Mundo, passando por Braudel, Arrighi e Wallerstein podemos perceber que o estudo da Análise é realizada do Centro para o Centro, por mais que tenha um teor de crítica negativa para com o imperialismo de Centro. Ao passarmos pelo estudo de Braudel, analisamos para esse trabalho, principalmente, os livros “Civilização material, economia e capitalismo” e “A dinâmica do capitalismo”, em Arrighi estudamos o “O longo século XX” em Wallerstein fomos mais completos com suas obras do “The Modern World-System I, II e III”, queremos chegar com essa explanação que estas obras foram muito importante para o entendimento da história do mundo capitalista europeu e o Sistema-Mundo europeu, não vemos uma contribuição maior da análise para baixo da linha do equador. Nossa pesquisa foi direcionada com o propósito para essa contribuição, a aplicação da Análise do Sistema-Mundo na América-Latina.

Tentamos no subcapítulo “A Análise do Sistema-Mundo em debate no Brasil” discutir o porquê não temos na literatura das Ciências Sociais no Brasil maiores engajamentos em teorias e análises fora das tradicionais: Realismo e Liberalismo, percebemos que há uma divisão na academia brasileira, a favor da economia capitalista. A hegemonia do Centro chega até a periferia através muitos modos, econômico, político, social e o mais perigoso o intelectual, percebemos uma dependência intelectual, que deve ser rechaçada através de mais pesquisas.

Ao aplicarmos a Análise do Sistema-Mundo no período do Governo Lula (2003-2010) notamos a grande influência que os Estados Unidos exercem na América-Latina. Em sua agenda econômica e militar, os Estados Unidos confrontam em diversos aspectos com a Política Externa brasileira, por mais que o discurso estadunidense e brasileiro nas reuniões compartilhadas sejam de cooperação, na pratica como vimos encontramos o atrito.

A pesquisa responde com a confirmação da teoria de Wallerstein sobre semi-periferia. O Brasil atua para os EUA como um amortecedor para que os problemas

não cheguem direto ao seu Estado. Notamos essa confirmação em diversos acontecimentos como as negociações do Grupo de Amigos da Venezuela, em que o Estado brasileiro atua como mediador do conflito, economizando desgaste político para os EUA. O mesmo fim temos nas crises boliviana de 2003, crise colômbia-Venezuela de 2005, e principalmente na missão MINUSTAH. Podemos notar a cooperação antagônica de Brasil-EUA em outros acontecimentos: a exemplo da criação da IIRSA, que os EUA perdem o posto de principal investidor na América do Sul e na agenda político-militar a grande negativa do Estado brasileiro em relação ao Plano Colômbia. O fato de um Brasil mais autônomo nos remete na ideia de um EUA mais fraco, estaria o “Ciclo econômico de Acumulação” estadunidense se fechando? E uma nova hegemonia se desenvolvendo? Não importa qual será a próxima hegemonia, o Brasil continuará se portando como a semiperiferia, e servindo como amortecedor dessa nova hegemonia.

A outra característica da semiperiferia brasileira é percebida no capítulo quatro deste trabalho, quando analisamos o papel brasileiro no sistema de integração regional sul-americano. O Brasil no Governo Lula tem sua política de integração regional acentuada, a ampla questão acontece ao percebemos a internacionalização das empresas brasileiras nos países vizinhos, financiados pelo BNDES. Quando essas empresas compram a maior parte dos ativos de empresas nacionais dos respectivos países, está retirando a soberania dos países causando o que conhecemos como imperialismo. O Estado brasileiro se porta como Centro dos países Periféricos, muito semelhante ao que o ele sofre com o Centro Ocidental. As cadeias de mercadorias não é distribuídas de forma justa, com isso há a troca desigual e uma divisão regional do trabalho.

Ocorre na ideia de integração sul-americana privilégios para uma pequena burguesia de capital maior, geralmente de centro ou brasileira. Os países da periferia sul-americana sofrem com sua dívida externa, e em geral piora com o plano de integração, que faz com que o excedente que era para ser nacional, dissipar-se para a hegemonia dominante, tanto regional com mundial, deixando a periferia sul-americana cada vez mais dependente.

Projetos como a UNASUL são vistos como a esperança dos países sul-americanos em combater as assimetrias com o Brasil. Percebemos que há um engajamento brasileiro, durando o Governo Lula na integração regional, a melhor prova disto acontece quando Evo Morales nacionaliza os hidrocarbonetos que estavam sendo extraído

pela Petrobras e o ex-presidente Lula não propaga qualquer discurso que pudesse causar conflito.

É importante saber qual o caminho que a Política Externa brasileira adotou com o fim da Era Lula, na perspectiva dos Sistema-Mundo? Essa pergunta ficara para uma próxima pesquisa.

REFERÊNCIAS

- AMIN, S. **O Imperialismo, Passado e Presente**. Tempo, Rio de Janeiro, nº 18, pp. 77-123, 2005.
- AMORIM, C. **A Lição de Cancún**. Revista Política Externa- Vol. 12, nr. 3. (2003-2004)
- ANTUNES, D. F. B. **Política externa, desenvolvimento e segurança: o papel do Brasil na Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH, 2004-2015)**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)- Universidade Federal do Pampa, Relações Internacionais, 2015.
- ARIENTI, W.L.; FILOMENO, F.A. **Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 99-126, jul. 2007. Acesso de http://www.gpepsm.ufsc.br/html/arquivos/ARIENTE_2007.pdf em 17/09/2017.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Contraponto; UNESP, 1996.
- ARRUDA, J.J. **Immanuel Wallerstein e o moderno sistema mundial**. Departamento de História – FFLCH, USP, 20??
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Informativo CCR**, Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos – CCR disponível em: https://www.bcb.gov.br/Rex/CCR/resumo_ccr.asp. Acesso: 30/10/17 (2017)
- BANCO INTERAMERICANO DESARROLLO. **Un nuevo impulso a la integración de la infraestructura regional en América del Sur**. Departamento de Integración y programas regionales, 2000.
- BARBOSA, R. A. **Área de Livre Comércio da América do Sul: conformação de um novo espaço econômico**. Boletim de Integração Sul-Americana, n.18, janeiro-junho/1996.

BARROCAL, A. Em segredo, Brasil volta a negociar Base de Alcântara com os EUA. Carta Capital, São Paulo, 2017. Disponível em :< <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-segredo-brasil-volta-a-negociar-base-de-alcantara-com-os-eua>> . Acessado em: 24/10/17 (2017)

BARROS NETO, S. R. **Boletim de Integração Latino-Americana**, n.17, maiodezembro/ 1995, pp.1-7. (1995)

BARNNET, T. **The Pentagon's new map**. Esquire, marco 2003.

BERNAL-MEZA, R. **Apolítica exterior do Brasil 1990-2002**. Rev. Bras. Polít. Int. 45 (1): 36-71 (2002).

BLANCO, L. F. **O novo acordo Brasil-Paraguai e a renegociação do tratado de Itaipú**. Enfim uma postura de liderança sub-regional? Disponível no site: http://www.kas.de/wf/doc/kas_17309-1522-5-30.pdf?091006165817>. Acesso dia 30/10/17 (2009)

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2ª ed, 2009.

BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

CARDOSO, S. A. **Golpe de Estado no século XXI: o caso de Honduras(2009) e a recomposição hegemônica neoliberal**. ICS, CEPPAC, UNB, Brasília, 2016.

CARVALHO, A. S. **A evolução da política brasileira de integração: do Mercosul à Unasul**, Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Relações Internacionais, UNB, Brasília, 2009.

CECEÑA, A. E. **Estratégias de construção de uma hegemonia sem limites**. In: *Hegemonias e emancipações no século XXI* (org.). Buenos Aires, CLACSO, 2005.

CERVO, A. L. **Relações internacionais da América Latina: de 1930 aos nossos dias.** 3 ed. – São Paulo: Saraiva, 2013.

COSTA, D. **Estratégia Nacional: a cooperação sul-americana como caminho para a inserção internacional do Brasil.** Rio de Janeiro, Aristeu Souza, 2003.

COUTO, L. F. **O horizonte regional do Brasil: Integração e construção da América do Sul.** Curitiba: Ed. Juruá, 2009.

COUTO, L. F. **Política externa brasileira para a América do Sul.** As diferenças entre Cardoso e Lula. Civitas, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 23-44, jan-abr. 2010.

ESPINOSA-GONZALEZ, G. **Venezuela-Colombia crisis: where was Washington?** February 16 2005. Disponível em: <https://venezuelanalysis.com/analysis/942>, acesso em: 25/10/2017. (2005)

FAVERÃO, G. **ALCA light e a retomada das negociações: desafios para o Brasil.** ICTSD, 18/03/2005. (2005)

FILGUEIRAS, L. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico.** Em publicação: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basealdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto, 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf> acessado em: 28/10/2017 (2006).

FOBOMADE. **Las venas del ALCA: Integración de la Infraestructura Regional de Sudamérica (IIRSA).** Bolivia, un país de tránsito y de extracción de recursos. 2003.

FOLHA DE SÃO PAULO, **Leia a íntegra do discurso do presidente Lula na ONU,** São Paulo, 2008. Disponível no site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u448071.shtml>. Acesso no dia 03/11/2017. (2008)

FOSTER, J., CLARK, B. **Imperialismo Ecológico**: la maldición del capitalismo. Socialist Register, 2004.

FRANK, D. **Wikileaks Honduras**: US linkerd to Brutal Businessman. The Nation. October 21, 2011. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/wikileaks-honduras-us-linked-brutal-businessman/>. Acessado no dia 25/10/17. (2011)

FUSER, I. **Os 10 eixos da IIRSA**. Le Monde diplomatique. Acervo online, outubro 1, 2008.

GANDÁSEGUI, M. A. **América Latina y el imperialismo en el siglo XXI**. Em ESTAY RENO, J. (comp.). La economía mundial y América Latina. Tendencias, problemas y desafíos, Buenos Aires, CLACSO, 2005.

GOUVÊA, R., SANTOS, T. B. S. **Uma estratégia de internacionalização**: as multinacionais brasileiras. Revista de Economia e Relações Internacionais, vol. 3, n.5, jul.2004, pp.75-94. (2004)

GUIMARÃES, S. P. **Desafios brasileiros na era de gigantes**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2005.

TACHINARDI, M. H. Expansão da agropecuária brasileira na América do Sul: integração e conflito. <<http://www.iconebrasil.org.br>>. s/d.

LANDER, E. **¿Modelos alternativos de integración?** Proyectos neoliberales y resistencias populares. Revista del OSAL, año V, n.15, septiembre diciembre 2005, pp.45-56. (2005)

LANDER, E. **Integração do que? Para quem?** Em: SANTOS, M. Compilación de los documentos de posición y análisis sobre integración regional producidos por los movimientos y organizaciones sociales, Mayo, 2008.

LANDIM, R. **Acordo para cortar subsídio agrícola é difícil, afirma OMC**. Folha de S. Paulo., São Paulo, 25/08/2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/08/1912816-acordo-para-cortar-subsidio-agricola-e-dificil-afirma-omc.shtml> . Acessado em 24/10/17.

LEHER, R. **ALCA: uma estratégia imperialista no século XXI**. Revista Outubro, Instituto de Estudos Socialistas, n.9. 2003

LÊNIN, V. I. **O imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.

LESSA, C. **"Temos uma grande fatura pela frente"**. Entrevista a Conjuntura Econômica, FGV, agosto de 2004.

LIMA, P.G.C. **Posicionamento no sistema mundial e semiperiferia**. Textos de Economia, Florianópolis, v. 10, n.2, p.58-85, jul./dez. 2007.

LUCE, M.S. **O subimperialismo brasileiro revisado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)**. Tese de mestrado em Relações Internacionais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

LUCENA, L.L.M. **O Brasil e a Minustah- Ou a busca de novos parâmetros para uma Política Externa brasileira "altiva" e "ativa" em operações de paz das Nações unidas**. Século XXI, Porto Alegre, V.5, Nº1, Jan-Jun, 2014.

LUZ, D. **O acordo de Alcântara**. América Latina em Movimento. 18/04/2002. (2002)

MANTEGA, G. **Integração da infra-estrutura na América do Sul**. Apresentação. Primeira Rodada de Consultas para Construção da Visão Estratégica Sul-Americana no Brasil. Rio de Janeiro. 23 de novembro de 2005. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. (2005)

MARTINS, J. R. (2015). **Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual?** *Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales* (V), pp. 95-108. Recuperado de <http://iberoamericasocial.com/immanuel-wallerstein-e-o-sistema-mundo-uma-teoria-ainda-atual/> em 17/09/2017.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I** - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MEDEIROS, J. A. D. “**O Brasil e a integração regional: o momento atual da ALADI e do MERCOSUL**”. Boletim de Integração Latino-Americana, n.22, janeiro-julho/1998, pp.1-8.

PALACIOS, A. **Conflitos Regionais Dominam Debates**. O Estado de São Paulo. 5 de novembro de 2006.

PECEQUILO, C. S. **Manual do Candidato: política internacional**- Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

REVISTA FORUM. **Bases militares de Washington e Moscou na América Latina**. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/digital/149/bases-de-washington-e-moscou-na-america-latina/> . Acesso em 23 de outubro de 2017.

RICHARD, Y. **Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas**. Revista franco-brasileira de geografia, Número 20, 2014.

SADER, E. **Política externa: fracasso ou sucesso?** Folha de São Paulo, 15/05/2006 (2006).

SANTOS, L. C. V. G. A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Vol. 48 (2), pp.185-204, 2005.

SEITENFUS, R. **O Mercosul e a penhora da CASA**. Estudos Avançados, 19 (55), 2005.

SILVIA, L.I.L. **A política externa do Brasil**: Luíz Inácio Lula da Silva, Celso Amorim, Samuel Pinheiro Guimarães- Brasília: IPRI/FUNAG, 2003.

SOUTO MAIOR, L. **Desafios de uma política externa assertiva**. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 46(1), pp. 55-68, 2003

SOUZA, A. M; BASTOS, L. A. **A evolução comercial intra-bloco dos países- membros do Mercosul**. Encontro de Produção Científica e Tecnológica, 20 a 23 de outubro de 2009. (2009).

VALE DO RIO DOCE GANHA CONCESSÃO DE JAZIDA DE FOSFATO NO PERU, UOL, 15/03/2005. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2005/03/15/ult1808u36497.jhtm> , Acesso em: 03/11/17

VIEIRA, P. A., VIEIRA, R. L., FILOMENO, F. A. **O Brasil e o capitalismo histórico**: passado e presente na análise dos sistema-mundo- São Paulo, SP: Cultura Acadêmica Editora, 2012.

WALLERSTEIN, I. **World-systems analysis**: an introduction. Durham and London: Duke University Press, 2004.

WALLERSTEIN, I. **O fim do mundo como o concebemos**: Ciência Social para o século XXI. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, I. **Unthinking social science**: the limits of nineteenth-century paradigms. Cambridge: Polity, 1991.

WALLERSTEIN, I. Periphery. In: EATWELL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, P. (Ed.). **The New Palgrave**: The world of economics. London: Macmillan, 1987.

WALLERSTEIN, I. **The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750.** New York: Academic Press inc, 1980.

WALLERSTEIN, I. **The capitalist world-economy.** Cambridge, UK, Cambridge university press, 1979.

WALLERSTEIN, I. **The Modern World-System I: Capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in the sixteenth century.** New York: Academic Press inc, 1974.

ZUGAIB, E. **A hidrovía Paraguai-Paraná e seu significado para a diplomacia sul-americana do Brasil.** Brasília, Funag, 2006